

Comissão de Inquérito Parlamentar à Gestão do BES e do Grupo Espírito Santo, ao Processo que Conduziu à Aplicação da Medida de Resolução e às suas Consequências, nomeadamente quanto aos Desenvolvimentos e Opções relativos ao GES, ao BES e ao Novo Banco

36.^a Reunião
(4 de fevereiro de 2015)

SUMÁRIO

O Presidente (Fernando Negrão) deu início à reunião às 15 horas e 43 minutos.

Foram rejeitados os requerimentos do PCP, do BE e do PS, sobre a possibilidade de o Presidente da República responder por escrito a perguntas formuladas pela Comissão, tendo-se pronunciado os Deputados Miguel Tiago (PCP), Mariana Mortágua (BE), Pedro Nuno Santos (PS), Carlos Abreu Amorim (PSD) e Teresa Anjinho (CDS-PP).

O Dr. Moreira Rato (ex-Administrador do Novo Banco), após intervenção inicial, respondeu aos Deputados Miguel Tiago (PCP), Mariana Mortágua (BE), Jorge Paulo Oliveira (PSD), Ana Paula Vitorino

(PS), Teresa Anjinho (CDS-PP), Duarte Filipe Marques (PSD) e Filipe Neto Brandão (PS).

O Presidente encerrou a reunião eram 20 horas e 7 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos dar início aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 43 minutos.

Antes de mais, vamos proceder à discussão e votação dos requerimentos acerca da possibilidade, ou não, de o Sr. Presidente da República poder responder por escrito a perguntas formuladas pela Comissão, sendo que no requerimento do Partido Socialista é igualmente pedido que o Sr. Primeiro-Ministro deponha por escrito.

Este problema não se põe e, por isso, não vamos discutir essa parte, uma vez que já houve consenso entre todos os partidos no sentido de que os Srs. Deputados pudessem formular as perguntas que entendessem ao Sr. Primeiro-Ministro, que responderia por escrito.

O que vamos aqui discutir diz respeito às respostas por escrito por parte do Sr. Presidente da República.

Por ordem de entrada dos requerimentos, vou dar a palavra aos Srs. Deputados, pedindo-lhes que não façam prolongar muito esta parte dos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago para apresentar o requerimento do PCP.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, não tomarei muito tempo.

O requerimento que o PCP apresentou contém aqueles que consideramos serem os argumentos fundamentais para a sua viabilização e não compreendemos o porquê de não ter ocorrido ainda.

Tendo em conta que foi deixado claro, numa carta de Ricardo Salgado a esta Comissão, que o Sr. Presidente da República teria reunido por duas vezes com o próprio e que com ele teriam sido partilhadas informações sobre o nível de contágio entre o GES e o BES e o risco sistémico que essa exposição poderia comportar para o sistema financeiro, parece-nos que é da maior importância que o Sr. Presidente da República possa colaborar com os trabalhos desta Comissão, cumprindo a lei que os próprios Deputados redigiram quanto a comissões de inquérito.

É neste sentido que apresentamos este requerimento, ou seja, para que possamos, por escrito, dirigir perguntas ao Sr. Presidente da República, que terá sido, a determinada altura, uma parte dos contactos que foram levados a cabo pelo Grupo.

Claro que não partimos do pressuposto de que tudo o que a carta de Ricardo Salgado diz é verdade ou deixa de ser verdade; partimos apenas do pressuposto de que carece de confirmação e que há perguntas que podem ser feitas e a que o Sr. Presidente da República poderá responder da forma que entender.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua para apresentar o requerimento do Bloco de Esquerda.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, sobre o requerimento relativo aos esclarecimentos do Sr. Presidente da República, gostaria de dizer que há vários indícios, eles foram sendo constantes e fomos descobrindo novos indícios em relação a reuniões entre o Presidente da República, enquanto Presidente da República e representante da República Portuguesa, oficialmente, e o Dr. Ricardo Salgado.

Lembro-me que, numa das declarações do Sr. Presidente da República, a mensagem transmitida era: «Espero que o Governo me esteja a informar, porque a única fonte oficial que eu, enquanto Presidente da República, tenho é o Governo».

Acontece que soubemos, entretanto, que o Sr. Presidente da República sabia da situação através de fonte direta, nomeadamente do Dr. Ricardo Salgado, com quem pôde conversar por duas vezes. Numa terá sido abordada a questão de Angola e importa saber que consequências teve, o que é que foi abordado, o que é que foi pedido e o que é que foi feito em consequência e, numa segunda reunião, se foi abordada a questão financeira do GES e do BES, com mais ou menos pormenor — não sabemos.

Parece-nos razoável, e o requerimento que o Bloco de Esquerda apresenta tem esse cuidado, porque explicitamos as dúvidas que temos e as matérias que entendemos que deviam ser esclarecidas, mesmo para libertar de qualquer sombra de dúvida a figura do Sr. Presidente da República, para que este possa esclarecer a Comissão sobre os contactos que teve com Ricardo Salgado no âmbito da sua função de Presidente da República e para que possamos também fechar este capítulo, preenchê-lo com as informações que nos faltam e tirar conclusões.

Neste caso, quem não deve não teme e parece-me que se o Sr. Presidente da República não deve, como diz que não deve, não perde nada em dizer qual foi o conteúdo destas reuniões.

O Sr. Presidente da República, respondendo à questão formal, não responde formalmente perante o Parlamento, mas parece-me que este é um argumento formal que o PSD e o CDS-PP estão a utilizar para impedir que a Comissão possa pedir esclarecimentos ao Sr. Presidente da República.

O Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares não exclui esta possibilidade, portanto, o que temos de saber é se queremos formalmente

impedir estes esclarecimentos ou se achamos que politicamente eles são importantes.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, tem a palavra para apresentar o requerimento do PS.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Presidente, o Partido Socialista tem consciência do artigo 1.º do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares e sabe bem que a missão desta Comissão Parlamentar de Inquérito não é fiscalizar os atos do Sr. Presidente da República.

Já ouvimos argumentação a esse propósito, mas não foi com esse propósito que fizemos o requerimento de um depoimento por escrito do Sr. Presidente da República; não foi para fiscalizar os seus atos, para fiscalizar a sua ação, mas foi, sim, para dar oportunidade ao Sr. Presidente da República de clarificar o que está na carta enviada pelo Dr. Ricardo Salgado.

O Dr. Ricardo Salgado diz que, nas reuniões que teve durante o mês de maio, informou o Sr. Presidente da República das dificuldades do GES e do potencial impacto que isso teria no sistema financeiro e bancário português e era importante perceber que informação é que realmente foi dada nessas reuniões e o que é que o Dr. Ricardo Salgado sabia e disse nessas reuniões.

O nosso objetivo é simplesmente dar oportunidade ao Sr. Presidente da República de nos ajudar a clarificar aquilo que é dito pelo depoente Ricardo Salgado e não para fiscalizar os atos do Sr. Presidente da República. Foi, portanto, com esse objetivo que propusemos esta audição como as outras.

O Sr. Presidente disse que há consenso relativamente ao depoimento por escrito do Sr. Primeiro-Ministro. Nós só tínhamos visto isso nos jornais

e essa confirmação é relevante, porque houve alguma desvalorização da questão.

Em finais de maio, iniciou-se um processo de aumento de capital que terminou a 9 de junho — o processo de subscrição, porque o processo termina, efetivamente, julgo, a 16 de junho. Se, em maio, foi transmitido o impacto que o GES tinha no BES, não estávamos só a falar de um problema do GES, estávamos a falar também de um problema do BES e poderia haver obrigatoriedade de se travar o aumento de capital que poderia não ser — e já se poderia saber na altura — suficiente para salvar o próprio BES. Por isso é que esta é uma questão muito relevante para nós.

Vivemos num Estado de direito e houve um aumento de capital e um mês e meio depois todos os participantes nesse aumento de capital, institucionais e pequenos investidores, perderam tudo.

Ora, é importante sabermos o que é que se sabia antes. Ricardo Salgado diz que transmitiu não só os problemas do GES, mas também o seu impacto sistémico e o nosso objetivo era, e concluo repetindo, dar oportunidade ao Sr. Presidente da República de clarificar o que foi dito pelo Dr. Ricardo Salgado, na carta.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim, tem a palavra.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sr. Presidente, respondendo, em primeiro lugar, às razões de natureza formal invocadas nos vários requerimentos, gostaria de dizer que as questões formais são importantes. Em Direito, o hábito faz o monge, sobretudo em Direito Constitucional.

Não nos parece, de forma alguma — e estou, para já, a cingir-me à questão formal —, que, embora não esteja proibido à luz da lei, o

ordenamento jurídico-constitucional que nos rege está em absoluta contradição com a possibilidade de o Sr. Presidente da República, sem ser por sua iniciativa, vir prestar contas ao Parlamento.

Não é esse o nosso desenho, não é esse o nosso figurino, nem nunca o foi! Nunca nenhum Presidente da República em exercício foi chamado a uma comissão de inquérito em 40 anos de atividade parlamentar e isso, obviamente, não é por acaso. Portanto, a questão formal existe e é, a nosso ver, extremamente relevante.

Depois, há outra questão que não é formal. Esta Comissão de Inquérito estava a correr bastante bem. Da parte de todos os grupos parlamentares — e não é a primeira vez que o digo publicamente —, existia, até ao momento da apresentação dos requerimentos que agora estamos a discutir e da carta do Dr. Ricardo Salgado, que foi elaborada numa lógica compreensível de defesa das suas posições e dos seus interesses, independentemente da estratégia política de cada grupo parlamentar, uma lógica de descoberta da verdade e uma lógica de colaboração, independentemente da diferenciação democrática que a todos assiste.

Ora, aquilo que nos parece é que, de repente, por obra e graça da carta do Dr. Ricardo Espírito Santo, esse espírito de colaboração cedeu perante uma tentação, que pareceu na quinta-feira de tarde e na sexta-feira irresistível, de, por um lado, passarmos ao jogo político-partidário, e, por outro, também — e tenho de o dizer com um profundo lamento —, de partidos que, com certeza, inconscientemente, direi até, tautologicamente, parecem estar a querer seguir a estratégia de defesa do Dr. Ricardo Salgado, ou seja, parecem estar a colocar-se ao serviço de uma estratégia que está a querer, servindo os seus interesses, perturbar a boa realização deste inquérito parlamentar e, se calhar, até a boa realização de outros

inquéritos, mas isso já não é connosco mas com o Ministério Público, e o Ministério Público saberá ajuizar.

Pelas razões aduzidas, sobretudo as razões de natureza formal, o Grupo Parlamentar do PSD não entende que o Sr. Presidente da República deva prestar explicações nesta Comissão Parlamentar. O Sr. Presidente da República, aliás, já prestou as explicações públicas acerca desse mesmo motivo.

Queria terminar, Sr. Presidente, se me permite, com a seguinte questão: da mesma forma que está a haver uma discussão pública a propósito dos requerimentos que pedem a presença ou o depoimento por escrito do Sr. Presidente da República, também, nesses requerimentos, é suscitada a questão do depoimento, por escrito, do Sr. Primeiro-Ministro.

Ora, exatamente pelas razões que foram por mim avançadas e pelos argumentos que aduzi em relação ao Sr. Presidente da República, o Sr. Primeiro-Ministro, esse sim, e o Governo estão sujeitos à fiscalização por parte do Parlamento e o Sr. Primeiro-Ministro estará na disposição de depor por escrito e de responder por escrito às solicitações desta Comissão de inquérito.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Teresa Anjinho.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Sr. Presidente, independentemente de quaisquer considerações políticas que os requerimentos poderiam suscitar, há três pontos que são, de facto, intransponíveis e que merecem ser realçados para fundamentar aquela que será a posição do CDS-PP no seu voto contra estes requerimentos.

Em primeiro lugar, na Constituição da República Portuguesa e em toda a arquitetura constitucional que nela se prevê, sendo um regime

semipresidencial, efetivamente o Presidente da República não responde perante a Assembleia da República.

Exatamente nesses termos, considerando que está em causa, de alguma forma, o próprio sistema de equilíbrio de poderes que a Constituição protagoniza, bem como o princípio da separação de poderes, considerando que — lendo a Constituição e percebendo também que a própria prática parlamentar é consentânea com esta mesma interpretação —, ao lado do princípio da separação de poderes, está uma garantia essencial do Estado de direito democrático, julgamos que devemos ser fiéis àquilo que a Constituição da República Portuguesa protagoniza como arquitetura jurídico-constitucional no nosso Estado de direito e, conseqüentemente, iremos votar contra os requerimentos no sentido de que o Sr. Presidente da República preste depoimentos por escrito.

Na mesma linha, e com base exatamente no mesmo raciocínio, naturalmente que não nos opomos e achamos que é um poder e um direito/dever ao abrigo das próprias previsões da Comissão de Inquérito que o Sr. Primeiro-Ministro venha a depor por escrito, no seguimento das perguntas que os Deputados desta Comissão venham a formular.

O Sr. **Presidente**: — Uma vez que há oposição, vou dar, de novo, a palavra aos Srs. Deputados que apresentaram os requerimentos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostava de deixar claro que o PCP rejeita a acusação de qualquer espécie de tentativa de manobra partidária, como foi dito pelo PSD, na medida em que quer pelos argumentos expressos no requerimento que apresentámos, quer pelas questões que aqui introduzi logo no início fica claro que esse não é o intuito.

Relembro os pontos 4, 5 e 6, se não estou em erro, da Resolução da Assembleia da República que deu origem a esta Comissão de Inquérito, que mostram que o seu objeto não é apenas apurar os atos de gestão interna do banco, é também apurar o contexto real em que tudo isto se pode desenvolver.

Ora, não estamos a propor que esta Comissão de Inquérito fiscalize o Presidente da República. O Presidente da República não responde perante a Assembleia da República no âmbito da fiscalização como a conhecemos. No entanto, o Presidente da República pode ter informações que podem contribuir para que esta Comissão de Inquérito consiga traçar o quadro da realidade à altura em que as diversas medidas foram tomadas e o acompanhamento pelas diversas entidades competentes que veio a ser realizado. Ou seja, podemos compreender melhor o contexto em que foram tomadas as medidas pelo Governo, podemos compreender melhor por que é que vários titulares de órgãos de soberania vieram a público dizer que o BES era um banco sólido e que estava devidamente isolado do GES.

Com o testemunho do Sr. Presidente da República, podemos compreender melhor quais eram os dados de que dispunham os titulares dos órgãos de soberania para dizer, como, aliás, foi dito pelo próprio, que a atuação do Banco de Portugal nesta matéria ia para além do exemplar.

O Sr. Presidente da República refere-se à atuação do Banco de Portugal como «para além de exemplar» e diz, ainda, que era com base nessa atuação do Banco de Portugal que se sentia legitimado a dizer que o banco era sólido.

Portanto, para esta Comissão era absolutamente fundamental sabermos quais eram exatamente os elementos que estavam disponibilizados aos diversos titulares dos órgãos de soberania, não numa perspetiva de fiscalizar a sua intervenção, o que, aliás, julgo que resulta claro dos vários requerimentos em causa, ou seja, nem o PCP, nem o BE,

nem o PS, segundo me parece, quiseram trazer essa questão para esta Comissão.

Em segundo lugar, o PSD e o CDS-PP devem deixar o refúgio da formalidade e assumir politicamente que quem está a introduzir um problema no funcionamento desta Comissão não são aqueles que querem obter informações, inclusivamente de quem julgamos que deveria ser das primeiras instituições a dispor-se a colaborar com a Assembleia da República, mas, sim, o PSD e o CDS-PP ao impedirem que o Presidente da República possa responder perante esta Comissão, não no âmbito, friso, da fiscalização do seu trabalho.

No n.º 1 do artigo 16.º da lei das comissões de inquérito, diz-se: «As comissões parlamentares de inquérito podem convocar qualquer cidadão para depor sobre os factos relativos ao inquérito.» É isto mesmo que o PCP pretende, não é sobre nada mais, nem sobre a atuação do Sr. Presidente da República; é sobre os factos relativos ao inquérito.

Diz, ainda, o n.º 2 deste artigo que o Sr. Presidente da República goza da prerrogativa de depor por escrito, se assim o preferir.

Os Deputados escreveram esta lei, a Assembleia da República escreveu esta lei e a Assembleia da República deve usá-la no quadro em que a redigiu. Não podemos ignorar que a intervenção de vários titulares de órgãos de soberania teve efeitos no processo. Todavia, não é sobre isso que pretendemos questionar o Sr. Presidente da República, independentemente das responsabilidades que possa ter e que assuma no quadro do desempenho das suas funções, e não perante a Assembleia, mas os elementos que o Sr. Presidente da República possa ter sobre esta matéria são da maior importância, julgo, para que a Comissão de Inquérito possa apurar a verdade dos factos com mais contundência.

Portanto, se há bloqueio, que assumam politicamente que estão a proteger determinado titular de órgão de soberania, mas não se refugiem na formalidade.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, relativamente à intervenção do Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim, se o PSD e o CDS nos disserem que, politicamente, acham que não faz sentido o Sr. Presidente da República vir à Comissão, nós entendemos e respeitamos esse debate democrático e essa posição política.

Se, formalmente e do ponto de vista jurídico, entendem que não faz sentido ele vir à Comissão, então, vamos discutir as questões formais, porque a verdade é que a lei das comissões de inquérito prevê uma exceção em que o Presidente da República pode responder por escrito.

Ora, se prevê essa exceção é porque a possibilidade existe; caso contrário, numa lei que foi feita e aprovada na Assembleia da República, podemos até questionar a própria redação da lei pela qual nos regemos.

O que me parece escusado — e isso, sim, é criar incidentes — é abrir e criar processos de intenção sobre os Deputados que pediram estes esclarecimentos e muito menos acusar esses Deputados de estarem a fazer o jogo de Ricardo Salgado, porque essa é uma acusação que eu, particularmente, e o Bloco de Esquerda não aceitamos.

A vontade de descoberta da verdade que nos levou a questionar, a fazer perguntas a qualquer pessoa que tivesse qualquer envolvimento no «caso BES», é a mesma que nos leva a querer ter informações do Sr. Presidente da República. Se não o fizéssemos, sim, estaríamos a excluir uma pessoa dessa descoberta da verdade. Portanto, não nos podem acusar

de não querer descobrir a verdade. É por isso que queremos ouvir o Sr. Presidente.

O PSD e o CDS consideram que, por motivos constitucionais, o Presidente da República não deve prestar esclarecimentos à Assembleia da República. Muito bem! Quem julga e avalia a atividade do Presidente da República é o País e, perante o País, o Sr. Presidente da República recusou-se a revelar o conteúdo das suas relações com Ricardo Salgado e das conversas que teve.

É um julgamento que será feito pelo País e não pela Assembleia da República, mas ao que à Assembleia da República diz respeito era muito positivo que pudéssemos ter a colaboração do Sr. Presidente da República neste caso, era muito positivo que pudéssemos ter as informações que o Presidente da República tem ao seu dispor, porque quer queiramos quer não, escudando-se ou não na informação do Banco de Portugal, o Presidente da República escolheu e sentiu-se confiante o suficiente para dar um aval público de confiança ao BES. Podia não o ter feito, repito, podia não o ter feito, mas fez! Fez e tinha informações! É importante saber que informações tinha, elas podem ser relevantes para este trabalho.

Quanto ao resto, Srs. Deputados, da parte do Bloco de Esquerda acho que não há qualquer dúvida, e manifestamo-lo aqui, de que temos o mesmo desejo de colaboração, de consenso, de empenho, de solidariedade e de seriedade que marcaram os trabalhos desta Comissão. É esse o nosso empenho, que lhe temos dedicado, e é esse que teremos no futuro. Independentemente de termos uma divergência política num momento ou outro, não me parece que isso vá comprometer a seriedade dos trabalhos, no futuro.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Presidente, percebemos o argumento constitucional que o PSD e o CDS invocam, mas não era esse o ponto do PS.

Não quero voltar a insistir, mas o ponto não era fiscalizar os atos do Sr. Presidente da República. O argumento constitucional é um argumento válido; no entanto, o Sr. Presidente da República tem informações muito relevantes, ou potencialmente relevantes, para ajudar a perceber tudo o que aconteceu e, portanto, poderia ser até do interesse do Sr. Presidente da República prestar depoimento escrito, até para confrontar com as declarações e a carta do Dr. Ricardo Salgado. Foi nesse quadro que o PS fez este requerimento, e não vou voltar a insistir.

Queria fazer referência a outro facto. O Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim não se limitou a discutir em concreto os requerimentos ou as razões que levam o PSD a chumbar os requerimentos. O Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim fez aqui um processo de intenções e é absolutamente inadmissível que, depois de tantas audições, depois de tantos requerimentos feitos pelos diversos grupos parlamentares, seja quando se faz um requerimento a pedir um depoimento escrito do Presidente da República — e não só do Sr. Presidente da República, mas também de outros membros do Governo — que o PSD decide dizer que os Deputados estão a fazer o jogo do Dr. Ricardo Salgado.

A primeira nota que aqui queria deixar é que esta é uma comissão parlamentar de inquérito para apurar o que aconteceu relativamente ao BES e ao GES, não é apenas uma comissão de inquérito de apuramento das responsabilidades individuais do Dr. Ricardo Salgado, o que quer dizer que, para além dos atos do Dr. Ricardo Salgado, temos de procurar saber muito mais do que isso, nomeadamente sobre a gestão, sobre as razões da derrocada, sobre o papel do regulador, sobre o papel do Governo, sobre o

papel de muita gente, sobre o papel das leis, se elas são ou não insuficientes.

Portanto, Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim, as opiniões de toda a gente são importantes para fazermos o nosso trabalho e apurar a verdade, não é, em nenhum momento, fazer o jogo do Dr. Ricardo Salgado.

E com certeza, se ouviu a minha declaração na sexta-feira, uma das nossas preocupações era exatamente essa e não podemos deixar de procurar informações que intervenientes políticos e outros cidadãos possam ter, porque o Dr. Ricardo Salgado as pode usar para se proteger. Não! A função desta Comissão de Inquérito é muito mais do que apenas se limitar a fazer o apuramento individual das responsabilidades do Dr. Ricardo Salgado. Se assim fosse, estaríamos a fazer um péssimo trabalho no que diz respeito ao apuramento da verdade.

A propósito da confusão que lança sobre as próprias responsabilidades do Dr. Ricardo Salgado, queria terminar com uma pergunta muito clara ao Deputado Carlos Abreu Amorim: onde é que o Deputado Carlos Abreu Amorim conclui que a prestação de esclarecimentos por parte do Sr. Presidente da República, de alguma maneira, pode proteger ou defender o Dr. Ricardo Salgado?

Esta é uma questão que lhe quero deixar, porque não percebo como é que o apuramento, a colaboração, a prestação de informações pode ajudar a estratégia de defesa do Dr. Ricardo Salgado.

Toda a gente está aqui consciente da responsabilidade que o Dr. Ricardo Salgado tem em todo este processo, mas temos de procurar, temos até o dever de procurar saber mais do que isso.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Miguel Tiago quer acrescentar alguma coisa?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, é só porque na minha intervenção me esqueci de referir essa acusação estapafúrdia de que os partidos que estão a propor ouvir o Presidente da República estão a fazer o jogo de Ricardo Salgado.

Não vou comentar sequer, julgo que isso não merece comentário, mas devo dizer que este Grupo Parlamentar o que não está a fazer certamente é o jogo do bode expiatório, fazendo recair tudo sobre uma única figura e não havendo mais responsabilidades nenhuma na República. Isso não estamos a fazer, mas parece-nos que há quem esteja a tentar!

Sobre as questões de formalidade e apenas como nota de rodapé, Sr. Presidente, agradecendo a tolerância, queria apenas dizer que o PSD votou favoravelmente a lei dos inquéritos parlamentares, que prevê a possibilidade de o Presidente da República responder por escrito a esta Comissão. Portanto, preocupações sobre a constitucionalidade deveriam ter sido levantadas na altura, pelo menos através de um voto que não fosse o voto a favor.

Não foi assim e, portanto, também há ilações ou conclusões a retirar desse voto do PSD na altura.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim, uma vez que foi invetivado diretamente, faça favor.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sr. Presidente, muito rapidamente, penso que grande parte dos esclarecimentos de natureza formal já foram devidamente escalpelizados pelos vários grupos parlamentares, mas em relação à pergunta que me foi feita pelo Sr. Deputado Pedro Nuno Santos e também, de alguma maneira, por outros Deputados, queria dizer o seguinte: quando eu disse que estava em causa

uma estratégia de Ricardo Salgado, essa estratégia é óbvia, é clara e é a de lançar a confusão.

Portanto, quem contribui para essa mesma confusão, ainda que...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — É o PSD ao não aprovar o requerimento!

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Deixe-me terminar. Sr.^a Deputada.

Como disse na minha primeira intervenção, ainda que de uma forma inconsciente e até tautológica, ou seja, falta de consciência da ilicitude política daquilo que estão a fazer, de facto, houve aqui um desvio em relação ao modo como esta Comissão estava a trabalhar — e eu espero que continue — a partir do momento em que o Dr. Ricardo Salgado, ao serviço da sua própria estratégia, faz uma carta, levanta a confusão e os partidos da oposição, pressurosamente, precipitadamente, vão atrás dessa estratégia. Os factos falam por si.

O Sr. **Presidente**: — Queria recordar que há uma segunda carta do Dr. Ricardo Salgado de que os Srs. Deputados com certeza já têm conhecimento, ou seja, já receberam essa segunda carta...

Pausa.

Faça favor, Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, é só para dizer que a carta enviada pelo Dr. Ricardo Salgado não foi enviada por vontade própria, foi enviada em resposta a um requerimento apresentado pelo Bloco

de Esquerda em que é perguntado, de forma específica, que reuniões teve com o Sr. Presidente da República e Ricardo Salgado respondeu à questão.

O que cria o incidente não são esclarecimentos do Sr. Presidente da República, mas o facto de o PSD impedir esses esclarecimentos. O incidente aqui é de parte a parte e é bom que isto fique claro.

O Sr. **Presidente**: — Também para um curto esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — É que não se percebe a argumentação quando o PSD aceita, então, o depoimento por escrito do Primeiro-Ministro. Então, aí já se pode lançar a confusão, já se pode ir atrás da carta.

O Sr. **Presidente**: — Já foi explicado.

Srs. Deputados, há três requerimentos: um, do PCP; outro, do BE; e outro, do PS. Não há necessidade de votar um a um, excluindo o Sr. Primeiro-Ministro, e, portanto, vamos votá-los conjuntamente só na parte que respeita à prestação de depoimento, por escrito, por parte do Sr. Presidente da República.

Submetidos à votação, foram rejeitados, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE.

Srs. Deputados, vamos fazer uma pausa de 5 minutos e iniciaremos em seguida a audição do Sr. Dr. Moreira Rato.

Pausa.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos, então, regressar à sala onde temos feito as audições e digo regressar no sentido literal do termo, uma vez que na última quinta-feira as coisas não correram bem, estivemos todos muito ausentes desta sala e o nosso lugar deve ser aqui. Com certeza que a maior parte dos Srs. Deputados compreende o que estou a dizer.

Temos hoje a audição do Sr. Dr. Moreira Rato, ex-Administrador do Novo Banco, que fará uma exposição inicial de cerca de 10 minutos e, depois, obviamente, estará disponível para todas as perguntas que as Sr.^{as} e os Srs. Deputados entenderem por bem formular.

Tem a palavra, Sr. Dr. Moreira Rato.

O Sr. Dr. **Moreira Rato** (ex-Administrador do Novo Banco): — Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, muito obrigado.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, fui convidado para administrador do BES com o pelouro financeiro, CFO, pelo Dr. Vítor Bento, no dia 4 de julho de 2014, para um projeto que consistia em operar o *turnaround* de um dos maiores bancos portugueses.

À data eu encontrava-me a presidir ao IGCP e tinha a perceção de que o regresso da República Portuguesa ao mercado da dívida estava já estabelecido em bases sólidas e, sendo minha intenção e da minha família, permanecer em Portugal e não ter de voltar a emigrar no fim daquele mandato, já que tinha estado fora do País 17 anos, o desafio profissional que me apresentava o Dr. Vítor Bento parecia constituir, pelo seu conteúdo e esperada durabilidade, uma boa oportunidade profissional.

O fortalecimento da equipa com o Dr. José Honório para Deputy CEO só veio confirmar a minha decisão em aceitar esta nova missão. A ideia era, então, que os novos administradores do BES seriam cooptados para o respetivo conselho de administração após a apresentação e aprovação das contas do primeiro semestre previstas para o dia 25 de julho,

sendo tal cooptação submetida seguidamente a retificação da assembleia geral que se encontrava convocada para dia 31 de julho de 2014.

Sobre a situação do BES — e este ponto é importante para se entender o contexto —, foi-nos transmitido que o banco era viável e que as possíveis necessidades de provisionamento das suas contas, que adviriam de uma exposição do BES ao GES, seriam acomodadas pela almofada de capital existente.

Além da exposição ao GES, a exposição ao BES/Angola era outra questão importante com que o banco então se deparava e, como já foi aqui explicado pelo Dr. Vítor Bento, foi-nos transmitido que essa questão estava a ser tratada pelas autoridades dos dois países com boas perspetivas de ser clarificada no curto prazo e sem impacto material nas contas do BES.

Como também já aqui foi explicado pelos Drs. Vítor Bento e José Honório, as circunstâncias à volta do banco levaram a que a nossa cooptação fosse abruptamente antecipada, embora com a condição de não participarmos na elaboração, aprovação e divulgação das contas relativas ao primeiro semestre de 2014.

Iniciámos, assim, as nossas funções de administradores no dia 14 de julho de 2014, cerca de duas semanas antes do prazo inicialmente estabelecido.

Deparámo-nos com uma situação de liquidez mais complexa do que a que nos tinha sido antecipada, com saídas diárias de depósitos e outros recursos de clientes, principalmente em Portugal e em Espanha, com especial incidência em depósitos de grandes empresas.

Constatámos, também, que existiam menos ativos disponíveis para poderem ser utilizados como colaterais para um rápido acesso a liquidez do que nos tinha sido explicitado.

Por outro lado, a redução das linhas de mercado monetário interbancário e a situação de *rating* do banco aumentavam as dificuldades para obtenção de liquidez para o banco.

Assim, a gestão da liquidez transformou-se imediatamente numa grande prioridade e passámos muito tempo, nessas nossas primeiras semanas, a procurar, identificar e otimizar colaterais para poderem ser utilizados na obtenção de liquidez da forma mais eficaz possível.

Essa otimização consistia, por um lado, em procurar aumentar o volume de ativos a serem considerados no grupo dos colaterais utilizáveis para obter liquidez, nomeadamente para utilizar em transações no mercado e, por outro lado, em estudar a melhor forma de maximizar a liquidez a obter de cada um dos ativos do balanço do banco.

Foram semanas muito difíceis em que tivemos de, muito rapidamente, nos adaptar a gerir uma tesouraria em cenário de crise, gerir ativamente a relação com as contrapartes do banco e com as agências de *rating*.

A contratação de um assessor financeiro para auxiliar o BES na avaliação das oportunidades de otimizar a estrutura do balanço e de reforçar os capitais do banco — e o escolhido foi o Deutsche Bank, como é sabido — foi feita logo no princípio da nossa segunda semana de permanência no banco, após havermos procedido a um processo de seleção que envolveu o pedido, a apresentação de propostas de assessoria financeira, a sua receção e a sua subsequente análise e avaliação.

Tudo isto ocorria no meio de uma situação interna do banco bastante tensa com a revelação, quase diária, de novos e inesperados problemas afetando a situação financeira do banco e de que aqui já foi dado conta.

Entretanto, na noite de 30 de julho foram divulgados os resultados do primeiro semestre do BES e, também como já foi aqui explicado nesta Comissão pelos Drs. Vítor Bento e José Honório, fomos informados, no dia

1 de agosto, à noite, que o Banco de Portugal iria aplicar uma medida de resolução ao BES.

Acedemos a ficar na administração do banco novo que resultou na aplicação de uma medida de resolução ao BES, porque entendemos, o Dr. Vitor Bento, o Dr. José Honório e eu, que isso era um fator crucial para possibilitar a abertura do Novo Banco na segunda-feira, imediatamente a seguir ao dia em que o BES viu ser-lhe aplicada a medida de resolução, facto que, a não suceder, poderia ter um efeito de dominó sobre o restante sistema financeiro.

Foi-nos, também, assegurado que seria possível constituir uma base acionista para o banco que, então, iria nascer, privada, sólida e estável e que, nessas circunstâncias, seria possível a esse novo banco ficar a operar como instituição no sistema financeiro, isto em resultado de uma alteração legislativa que foi, então, efetuada propositadamente para possibilitar este efeito, por via do Decreto-Lei n.º 114-B/2014, de 4 de agosto.

Num contexto de adversidade, empenhámo-nos em gerir o melhor possível uma transição complexa e sem qualquer espécie de *roadmap*, dado que se tratava do primeiro processo de resolução aplicado na Europa sobre o novo enquadramento legislativo e a um banco com uma quota de mercado muito significativa.

No meu campo de atuação particular, enquanto administrador com o pelouro financeiro do Novo Banco, CFO, gostaria de destacar a necessidade de, na sequência da medida de resolução, ter de se cobrir um risco cambial de exposição passiva, a dólares, do Novo Banco na ordem dos 4,6 mil milhões, em resultado da passagem do crédito sobre o BESA para o Novo Banco.

Essa cobertura teve de ser feita em condições muito adversas numa situação em que as contrapartes analisavam cautelosamente os aumentos de

exposição ao Novo Banco, na ausência de muita da documentação de suporte e sem apoio institucional.

Entretanto, e como é do conhecimento geral, o destino previsto para o Novo Banco afastou-se do projeto que nos havia levado a aceitar a entrada para a administração do BES e de, após a medida de resolução, continuar à frente do Novo Banco, pelo que entendemos que o testemunho deveria ser passado a uma equipa que estivesse vocacionada para a concretização de um mandato que havia, entretanto, sido clarificado.

Permitam-me que termine, referindo que encontrámos no banco excelentes profissionais cuja dedicação permitiu que as questões que se deparavam à nossa equipa na administração, por regra com carácter de urgência, fossem sendo resolvidas em prazos muito inferiores aos que se poderiam esperar.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, estou à vossa disposição para responder às perguntas que entendam colocar-me.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Moreira Rato, muito obrigado, por esta sua intervenção inicial.

Vamos, agora, dar lugar à fase das perguntas e das respostas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, gostava de cumprimentar o Dr. Moreira Rato e agradecer a sua intervenção inicial.

Passando diretamente às questões, pergunto-lhe como é que são estabelecidas as primeiras relações, os primeiros contactos e a que tempos, entre o Dr. Moreira Rato, o Grupo e o Banco Espírito Santo, e refiro-me a qualquer tipo de relação, de contacto direto ou indireto com o Grupo ou o Banco Espírito Santo.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Antes de entrar no banco?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Qualquer relação que tenha tido ao longo da sua vida com o Banco Espírito Santo.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Aproveito a sua pergunta para esclarecer uma parte do meu percurso profissional, que penso ser esse o seu objetivo.

Essa parte do meu percurso profissional ocorreu entre 2008 e 2010, quando a ESAF decidiu abrir uma gestora de ativos em Londres e convidou-me para esse projeto. A gestora iria começar em Londres com seis profissionais, dois profissionais na área de investimento, dois profissionais, de que eu fazia parte, na área de risco e de *marketing* e dois profissionais na área de operações, um deles vinha da Morgan Stanley e outro vinha do Deutsche Bank. Esta gestora era autorizada e regulada pelo FSA (Financial Services Authority), que é o equivalente à nossa CMVM, em Inglaterra, portanto era a entidade competente para regular essa gestora.

Essa gestora arranca com um fundo, que é um fundo de uma classe de fundo específica que se chama *global macro*. Os *global macro* investem em ativos líquidos, seja taxa de juro, seja moeda, sejam moedas de vários países, sejam índices bolsistas, com base em perspetivas macroeconómicas, ou seja, tenta encontrar alguma perspetiva macroeconómica que tenham os investidores que não esteja refletida no preço desses ativos líquidos.

Esse fundo era constituído com os melhores provedores de serviços que, normalmente, estão disponíveis para esses fundos e que partilhava com muitos outros fundos dessa classe de ativos, que faziam a reconciliação das operações, ocupavam-se da custódia das operações e avaliavam o fundo regularmente.

Esse fundo, que era o fundo da ESAF em Londres, tinha um investimento inicial de 200 milhões que provinha do Grupo BES. Este investimento deveria permanecer no fundo por três anos e deveria permitir a atração de investidores institucionais internacionais para o fundo e, portanto, para a gestora de fundos, a ESAF, em Londres.

A ESAF era dona de 97% do Fundo. Para que tivesse sucesso a procura de investidores externos internacionais institucionais era necessário que o Fundo tivesse uma *performance* positiva. O Fundo nunca chegou a ter uma *performance* muito positiva — o Sr. Deputado deve recordar-se que as condições de mercado entre 2008 e 2010 não foram as mais fáceis — e, dado que não seria possível com essa *performance* ir buscar investidores externos internacionais institucionais, como eu disse, tomei a decisão de sair em 2010.

Penso que respondi à pergunta que o Sr. Deputado me colocou.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Se esse foi o seu primeiro contacto com o Grupo Espírito Santo e com o Banco Espírito Santo, respondeu, porque a pergunta foi qual foi a primeira vez que estabeleceu contactos profissionais, ou de qualquer espécie de ligação, com o Grupo Espírito Santo ou com o Banco Espírito Santo. Se essa foi a primeira, então, respondeu à minha pergunta.

Uma outra questão: qual era exatamente o papel que desempenhava nesse fundo e como é que foi chamado a participar? O fundo é o Nau Capital, não é?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sim, exatamente, a gestora chamava-se Nau Capital e o fundo chamava-se Nau Capital, mas a gestora era detida a 97% pela ESAF.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — A gestora de fundos?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — A gestora de fundos.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — E qual era exatamente o seu papel, na altura?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Na altura, eu ocupava-me da área de risco e da área de *marketing*.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Era administrador do Fundo?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Era sócio do Fundo.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Era sócio do Fundo.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Tinham-me oferecido uma participação de 1% de forma a atraírem-me para essa oportunidade e para me alinharem com os objetivos de *performance* do Fundo.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — E esse Fundo foi mais tarde adquirido na totalidade, ou em parte, pela Eurofín? Já não presenciou essa parte?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Como já lhe expliquei, saí em 2010.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — E a sua participação foi adquirida pela ESAF?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sim.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Também nunca chegou a ter relações, mesmo antes da compra, com a Eurofin? Mesmo antes da aquisição do Nau Capital pela Eurofin não teve relações com a Eurofin?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Que tipo de relações é que o senhor...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — No caso, presumo que, trabalhando a Eurofin também com a ES Management, com fundos, com um conjunto de produtos que partilhava com o Fundo, pudesse haver negócios intermediados ou em que ambos participassem.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — O Fundo tinha quatro gestores não executivos, dois deles indicados pelo Grupo BES e dois deles que provinham da Eurofin mas indicados pelo Grupo BES.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas eram quadros simultaneamente da Eurofin. Eram quais?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Alexandre Cadosch e Michel Creton.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — O Dr. Moreira Rato é convidado para administrador deste Fundo em que moldes? É que um sobrinho de Ricardo Salgado é indicado para ir fundar um *edge fund*. Esse *edge fund* estabelece relações comerciais com a Eurofin; há membros da Eurofin ou, pelo menos, quadros da Eurofin que participam na gestão como gestores não executivos, pelo que percebi, do Nau Capital.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Do Fundo, não da gestora!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Do Fundo, não da gestora. A Nau Capital era a gestora do Fundo.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — A Nau Capital era a gestora do Fundo, que também se chamava Nau Capital.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Com certeza.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — A gestora poderia ter tido outro nome, mas chamava-se também Nau Capital.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — É só para compreendermos como é que foi criada essa primeira relação com o Grupo.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Qual é a sua pergunta, Sr. Deputado?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Como é que foi convidado a participar nesta...

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Fui convidado pela ESAF a participar neste projeto.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Nunca tinha tido relações anteriores com a ESAF ou com qualquer outra estrutura do Grupo Espírito Santo?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Antes disso tinha trabalhado noutras instituições e posso enumerá-las, se quiser.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Do Grupo?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Não, outras instituições internacionais que não tinham nada a ver com o Grupo BES.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Instituições que não tinham relações com o Grupo, não é? É só para ficar claro que não eram do Banco Espírito Santo nem integravam...

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sim. Se quiser, posso enumerar o meu currículo antes dessa passagem.

Eu tirei um doutoramento na Universidade de Chicago; a seguir, entre 2000 e 2003, estive na Goldman Sachs; depois, entre 2003 e 2008, estive na Lehman Brothers; e, entre 2008 e 2010, estive na Nau Capital, como já expliquei, de onde saí, em 2010, para a Morgan Stanley.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Passando, então, a uma fase mais recente da sua ligação ao banco, queria perguntar-lhe como é que foi convidado a participar na administração, nomeadamente para a tarefa de CFO. Como é que se processou esse convite?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Fui convidado pelo Dr. Vítor Bento no dia 4, como disse aqui na minha introdução. Ao almoço, para ser mais específico.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — E, nessa altura, qual era o mandato, a perspetiva com que partiu para aceitar esse convite? Ou, pelo menos, a que lhe foi transmitida.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Como citei também na minha introdução, a perspetiva era que fosse um projeto duradouro.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas exatamente, quais eram as medidas que eram identificadas? Bem, podemos partir do convite e da sua aceitação... Mas qual era o cenário? Já nos descreveu, muito brevemente, qual o cenário encontrado e também as desilusões encontradas ou geradas, mas a verdade é que se manteve na administração ainda durante algum tempo.

Portanto, qual era o mandato que aquela administração tinha, no concreto — articulada com o Banco de Portugal, inclusivamente e tanto quanto sabemos —, nomeadamente na perspetiva daquele que estava a ser convidado para CFO?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Como também já expliquei na minha introdução inicial, Sr. Deputado, nós sabíamos, conhecíamos a situação do BES antes de entrarmos, com toda a informação pública que existia e foi-nos transmitido que o banco era viável e que as possíveis necessidades de provisionamento, que poderiam provir da sua exposição ao GES, seriam acomodadas pela almofada de capital que existia.

Por outro lado, em relação ao BES Angola, também nos foi dito que a situação estava a ser tratada pelas autoridades dos dois países com boas perspetivas de clarificação, como também disse na minha introdução.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Quando diz que vos foi dito, refere-se ao Banco de Portugal?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Foi-nos dito, a nós, administração, por quem nos convidou e nas conversas que tivemos com o Banco de Portugal.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Por quem vos convidou? Quem o convidou foi Vítor Bento e foi ele que lhe transmitiu essa informação, portanto, ela era baseada nas informações que o Banco de Portugal vos fornecia.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Foi o Vítor Bento que me convidou e era com o Vítor Bento que eu interagía durante aquele período.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — E foram apresentadas contas, certamente, para escorar essas considerações de que o banco era viável e sólido e presumimos que isso tenha sido resultado da articulação com o Banco de Portugal.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sr. Deputado, é normal, principalmente depois da nossa entrada no banco, que tivéssemos contactos com o Banco de Portugal.

Eu também já expliquei aqui a situação em que se encontrava o banco do ponto de vista de liquidez e, portanto, era natural que existissem alguns contactos.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sim, mas estamos só a tentar perceber o cenário que era traçado à administração, porque a expressão que utilizou foi esta: «Foi-nos dito». Só estou a perguntar-lhe por quem. A expressão «Foi-nos dito» é sua e eu só estou a perguntar-lhe por quem. Quem é que lhe deu esses elementos sobre a situação do banco?

Repare: não estou a dizer que esses elementos foram erradamente passados à administração, aliás, é natural que tenham sido. A questão é que estavam todos errados.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sim, no caso da exposição do BES ao GES havia informação pública disponível e, quando nós entrámos no banco, comunicávamos com os nossos colegas que também nos explicavam qual era a situação.

Portanto, essa estava relativamente bem delimitada, até com bastante informação pública, naquela altura.

Em relação à questão do BES Angola, sim, provavelmente, ter-nos-á sido transmitida pelo Banco de Portugal.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — E as perspetivas eram as de que o banco tinha não só uma almofada de capital, como estava bem encaminhado para que se viesse a resolver o potencial problema que resultaria da exposição do BES ao BES Angola.

Quando o Banco de Portugal, a 29 de julho, dá 48 horas, através de carta, para a elaboração de um plano de reestruturação, como é que foi encarada essa recomendação, digamos, do Banco de Portugal, na administração do ainda BES?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Como foi comunicado pela administração, penso que logo a seguir à divulgação dos resultados havia o intuito claro de preparar uma recapitalização privada do banco — aliás, até posso citar aqui uma parte do comunicado do dia 30 do Banco de Portugal em que essa intenção também é explicitada.

Portanto, nesse sentido, estávamos todos a trabalhar na direção de uma solução de aumento de capital privada, logo a seguir à divulgação dos resultados. Só poderíamos trabalhar nesse sentido depois de sabermos o montante dos resultados, obviamente.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — É isso que, de facto, transparece dos comunicados. Contudo, isso não corresponde minimamente a um cenário realista, porque a 29 de julho é dito à administração que deverá preparar, em 48 horas, um plano de reestruturação. A administração responde que, sim senhor, há interessados privados. Quem eram os interessados privados?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Existiam vários tipos de interessados, que eram fundos, que me lembre, havia também um ou dois bancos interessados, mas com menos interesse, e gostaria também de esclarecer que, a partir da segunda semana, era o nosso assessor financeiro, o Deutsche Bank, que mantinha os contactos com os investidores, que tinha essa função e que nos ia estabelecendo uma lista e mantinha contactos regulares.

Claro está que foi preciso revisitar algum do interesse, depois do dia 30 de julho.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — E pode dizer-nos quais eram os fundos?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sr. Deputado, não tenho aqui uma lista dos fundos.

Houve vários contactos que, provavelmente, permaneceram no banco ou estão com o assessor financeiro.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas a administração do banco achou realista que o Banco de Portugal lhe desse 48 horas para encontrar uma solução de reestruturação com vista a um aumento de capital; esforçou-se e disse que havia privados interessados; a 30 de julho, ambos — administração do Banco e Banco de Portugal — fazem um comunicado, ou

seja, a dois dias da resolução do banco o Banco de Portugal faz um comunicado em que diz que há, de facto, interessados privados e que o banco tem capacidade para enfrentar soluções de mercado — e também não sabemos muito bem como é que o Banco de Portugal encontrou qualquer espécie de amparo na realidade para poder fazer considerações desse tipo, mas isso, de facto, passou-se.

Então, o que queríamos compreender é como é que esse processo foi levado a cabo. A administração achou mesmo que, em 48 horas, iria conseguir apresentar um plano de reestruturação e obter manifestações vinculativas dos interessados? Como é que esse processo foi feito? Estávamos a poucos dias da quebra total do valor do banco, das perdas em Bolsa e aproximámo-nos do fim. Seria importante compreender como é que nesses momentos de grande pressão a administração e o Banco de Portugal se relacionaram, nomeadamente perante aquela obrigação de fazer uma reestruturação em 48 horas.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Como já lhe disse, Sr. Deputado, os dois comunicados estão em linha e saíram próximos um do outro.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — O que queremos compreender é como é que foi possível fazer esses comunicados a dois dias da resolução de um banco.

O Banco de Portugal, que é a entidade que supervisiona, a dois dias da resolução de um banco faz um comunicado em que diz que o banco é sólido, tem soluções privadas e que há soluções de mercado para aquele banco.

Queríamos compreender qual foi a interação que existiu entre a administração do banco e o Banco de Portugal, no sentido de ambos dizerem aquilo dois dias antes de uma resolução.

Já agora, outra questão: disse-nos que no dia 1 de agosto foi informado da medida de resolução pelo Banco de Portugal. Alguma vez tinha ouvido falar dessa solução antes do dia 1?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Eu não conhecia essa medida.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sim, mas perguntei-lhe se alguma vez tinha ouvido falar da resolução, da possibilidade, sequer, de o banco poder ser alvo de uma medida de resolução.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Não.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Nunca ouviu, nem mesmo dentro da administração?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Não.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Portanto, quando soube dessa medida foi já perante o facto adquirido de que ela se iria concretizar no dia em que lhe é comunicado?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Nós fomos informados na sexta-feira, à noite, no dia 1 de agosto.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — É uma informação oficial, presumo, porque a resolução de um banco não é uma coisa de menor importância.

A questão que estou a colocar é a de saber se o primeiro contacto que teve com o termo «medida de resolução aplicada ao BES», ocorre no momento em que ela lhe é apresentada como um facto consumado.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Como já expliquei ao Sr. Deputado, fomos informados no dia 1, à noite, pelo Banco de Portugal. Antes disso não tínhamos consciência de que essa possibilidade existisse.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Está a falar por si, não é? Está a falar no plural, mas presumo que seja em nome do Dr. Moreira Rato.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sim, estou a falar em nome do Dr. Moreira Rato.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Portanto, se afirmarmos que Moreira Rato soube da medida de resolução apenas quando esta já estava tomada e decidida, tal é uma afirmação verdadeira.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Qual é a sua pergunta, Sr. Deputado? O Sr. Deputado está a insistir outra vez no mesmo ponto, não é?

Nós fomos informados pelo Banco de Portugal no dia 1 de agosto, à noite.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Muito bem.

Tem conhecimento se algum membro da administração foi ou não ouvido sobre essa medida, ou se foram colhidas opiniões sobre a situação em que o banco se encontrava para receber uma medida desse tipo? Que saiba, não ocorreu?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Não.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Portanto, o Banco de Portugal não terá ouvido a administração quanto à medida de resolução que aplicou ao banco.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Não.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Apenas a comunicou?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Certo.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Falemos, agora, sobre a interação e a relação também com o Banco de Portugal, mas, particularmente, com a CMVM.

Quando a administração toma conhecimento das contas do segundo trimestre de 2013, no dia 30 de julho, informa o Banco de Portugal e informa a CMVM. Foi sugerido, em momento algum, pela administração ou pela CMVM, a possibilidade de propor uma suspensão das negociações em Bolsa, tendo em conta a nova situação descoberta com a apresentação do relatório?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Pode, por favor, repetir a sua pergunta, Sr. Deputado?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — No dia 30 de julho, são conhecidas, finalmente, as contas, que revelam uma situação bastante diferente da que até aí, pelo menos, vinha sendo tornada pública.

Perante essa nova situação identificada, a administração estabelece, certamente, um contacto imediato com o Banco de Portugal — presumimos nós e até agora tudo indica que sim — e com a CMVM. Em algum

momento surgiu a possibilidade de se suspender a negociação das ações do banco em Bolsa?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Não.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — E a administração não sugeriu à CMVM essa suspensão?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Não.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Apesar de se tornar claro, logo após o dia 30, isto é, no dia seguinte, que a melhor medida para salvaguardar os interesses, principalmente, dos pequenos investidores ou dos não institucionais teria sido, de facto, a suspensão e apesar também de ser claro que isso salvaguardaria o valor do banco em Bolsa.

Portanto, presumo que a administração não tenha sugerido à CMVM a suspensão.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — A sua pergunta é a mesma que me colocou anteriormente e eu já lhe respondi a essa pergunta.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Perguntei-lhe se tinha havido alguma menção a essa possibilidade. Agora, pergunto-lhe se a administração não propôs isso à CMVM.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Se não propôs à CMVM suspender. É essa a sua pergunta?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sim.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Não.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — E por que é que não propôs à CMVM a suspensão da negociação em Bolsa? A administração tinha conhecimento do que se estava a passar, conhecia as contas, sabia dos riscos, então por que é que não propuseram à CMVM a suspensão da negociação em Bolsa, não só para salvaguardar os acionistas e os seus interesses, principalmente dos pequenos acionistas e dos menos informados, mas também para salvaguardar o valor do banco?

Pergunto isto só para compreendermos qual foi o princípio que levou a não propor essa suspensão, já que o que nos disse a CMVM foi que não tinha elementos suficientes para fazer essa suspensão, mas assim que os teve, fê-la.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Não havia razão para tal. Os resultados de que falou eram públicos, tinham sido publicados dia 30 de julho. Penso que era informação pública... E os comunicados também eram públicos.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Portanto, partilha da opinião do Presidente da CMVM, no sentido de que, desde que esteja lá um aviso a dizer «água venenosa», podemos deixar as pessoas beber à vontade, porque estava lá um aviso! Bom, é um bocado como se confiássemos na ASAE para avaliar um produto, mas, no final de contas, o produto não está bom e basta ter lá uma indicação a dizer que o produto é tóxico e que vamos morrer se o comermos!

A não suspensão ou a não sugestão de suspensão era a minha última questão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Moreira Rato, gostava que voltássemos atrás, porque acho que há uma ou duas questões sobre a Nau Capital que mereciam melhor esclarecimento.

Quem, na ESAF, o convidou para entrar para a Nau Capital? E quando o convidam, fazem-no imediatamente para o Fundo Nau Capital e para a gestora Nau Capital?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sr.^a Deputada, fui convidado pela ESAF...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ESAF. Mas quem? A ESAF não é uma pessoa.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Na altura, a ESAF... Por exemplo, na altura, o Dr. Pedro Costa fazia parte da equipa que estava ligada à montagem da gestora de ativos, em Londres, e foi para essa gestora de ativos, em Londres, que geria esse Fundo, que eu fui convidado.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E o Fundo já existia anteriormente ou foi criado de raiz com a sua colaboração?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — O Fundo foi criado no mês anterior a eu me ter juntado ao Fundo, se não estou em erro.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E a gestora foi criada de raiz por si ou já existia também quando o Fundo foi criado?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Penso que a gestora foi criada anteriormente. Aliás, tinha de ser criada anteriormente, antes do Fundo.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E a Eurofin já estava no capital do Fundo, da gestora, de ambos ou de nenhum?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sr.^a Deputada, já esclareci que o que havia era dois administradores não executivos, indicados pelo BES ou pelo Grupo BES, pela ESAF, que estavam no Fundo.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, a Eurofin não tinha capital, nem participação, quer na gestora quer no Fundo. Ou seja, era independente desse negócio, simplesmente havia, por acaso, dois gestores indicados pelo BES que faziam parte da Eurofin.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Havia dois administradores indicados pelo BES, que faziam parte da Eurofin, para o Fundo e não executivos.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Disse-nos que o Fundo foi vendido e que saiu do Fundo porque ele não tinha uma *performance* que justificasse e não conseguiu ser vendido a institucionais.

A minha pergunta é esta: se a *performance* do Fundo era má e se isso leva o Dr. Moreira Rato a sair do Fundo e se faz com que o Fundo não consiga ser vendido a institucionais, como é que o Fundo foi vendido à Eurofin?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sr.^a Deputada, como já expliquei, estive na Nau Capital de 2008 a 2010 e só posso falar sobre o que se passou entre 2008 e 2010.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Consegue dizer-me qual o ano em que o Fundo foi vendido, até por uma questão de... Bom, se trabalhou lá dois anos, imagino que tenha acompanhado, pelo menos por curiosidade, o futuro do tal Fundo e da tal gestora. Sabe dizer-me quando é que ela é vendida à Eurofin.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sr.^a Deputada, não vou fazer comentários ao que se passou depois da minha saída da Nau Capital, que foi em 2010.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas eu não peço um comentário, peço que me diga em que ano é que é vendido.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sr.^a Deputada, vou repetir a minha resposta: estive na Nau Capital de...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Dr. Moreira Rato, peço-lhe apenas que me ajude aqui a relembrar os factos. Não estou a obrigá-lo a responder-me nem a questioná-lo pelas suas responsabilidades.

Queria apenas elencar os factos e, como não tenho esse dado à mão — se mais alguém tiver, tenho a certeza de que poderemos chegar a essa conclusão —, se, por acaso, souber essa informação e se puder fornecê-la, seria útil.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sr.^a Deputada, mais uma vez, vou manter-me na linha em que tenho estado: só posso comentar o período da Nau Capital de 2008 a 2010.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Então, no período entre 2008 e 2010 e em 2010, quando saiu, se alguém comprasse o Fundo Nau Capital faria um bom negócio ou um mau negócio, uma vez que não havia investidores interessados?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sr.^a Deputada, vou responder-lhe o mesmo que respondi à sua pergunta anterior.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — À pergunta anterior respondeu que não podia responder porque não era dentro do seu período. Como esta pergunta diz respeito ao período em que lá estive, presumo que a resposta não possa ser a mesma.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — A sua pergunta visa saber qual o valor da sociedade gestora em 2010?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A pergunta é esta: se ela não conseguiu ser vendida nesse período, nem conseguiu atrair investidores à data de 2010, qual era o seu valor e por que é que não conseguia ser vendida?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sr.^a Deputada, há de desculpar-me, mas não vou especular sobre o valor dessa sociedade gestora em 2010.

Como já expliquei, a sociedade gestora era uma sociedade autorizada, regulada pela FSA, tinha profissionais, tinha sistemas próprios, tinha estruturas e tudo isso tem o seu valor, obviamente.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sim, mas se estavam a tentar atrair investidores institucionais, imagino que houvesse uma valorização do Fundo, caso contrário seria impossível.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Em relação ao Fundo, e não à gestora, pois era para o Fundo que estávamos a tentar atrair investidores institucionais internacionais, quando saí, o Fundo estava com um nível muito parecido ao de quando entrei. Ou seja, a *performance* do Fundo, como eu disse, não foi positiva, mas se foi negativa foi só ligeiramente negativa.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E a gestora Nau Capital geria mais fundos que não só o Fundo Nau Capital?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Não.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Do contacto que teve com os dois administradores da Eurofin, e uma vez que estava integrado num Fundo que fazia parte da ESAF, que foi constituído unicamente com dinheiro do BES e que pertencia ao GES, que conhecimento é que tinha sobre as relações entre a Eurofin e o Grupo BES ou GES? Como é que se justifica o surgimento daqueles dois investidores que, por acaso, eram da Eurofin? Já havia outras relações? Qual é o conhecimento da natureza dessa relação?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sabia que era uma sociedade gestora de fundos suíça e que a ESAF, como membro do Grupo BES, me a tinha recomendado, não a mim, mas à Nau Capital, como administradores não executivos para o seu Fundo.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Tinha conhecimento de outras relações entre a Eurofin e o BES ou o GES?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Não tinha de ter.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não tem de ter. Mesmo assim, se calhar, tem de dizer, não quer dizer que não tivesse de ter, mas, independentemente de ter que ter ou não ter que ter, tinha?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Não tinha...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Doutor, a resposta é «sim» ou «não». Sabia que a Eurofin estava envolvida noutros negócios? Ou seja, não é qualitativo, a resposta é «sim» ou «não». Não tem de classificar a natureza dessas relações, não tem de dizer se são boas ou se são más.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sr.^a Deputada, eu estava como responsável do risco e do *marketing* numa gestora em Londres a lançar um Fundo para o qual me interessava atrair investidores institucionais internacionais.

Era isso que eu estava a fazer na Nau Capital durante 2008 e 2010.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Ainda assim, tem conhecimento de a Eurofin, na altura, ter outro tipo de relações com o Grupo Espírito Santo?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sabia que a Eurofin era uma sociedade gestora de fundos suíça.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Com relações com o Grupo Espírito Santo?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sr.^a Deputada, eu sabia que era uma sociedade gestora de fundos suíça.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sim ou não? É que podemos ficar aqui a tarde toda, Dr. Moreira Rato, porque a pergunta é muito simples: entre 2008 e 2010, quando foi administrador de um fundo que era detido pelo Grupo Espírito Santo juntamente com outros administradores que faziam parte da Eurofin, a essa data, sabia que a Eurofin tinha outro tipo de relações com o Grupo Espírito Santo? Não há nada de errado em dizer que sim. É «sim» ou é «não»?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sr.^a Deputada, agradeço dar-me essa possibilidade, mas estes dois administradores não executivos do Fundo foram recomendados pela ESAF. Era esse conhecimento que eu tinha da relação entre os dois.

O Sr. **Presidente**: — Exclusivamente?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Exclusivamente era esse conhecimento que ei tinha da relação entre os dois. Na altura, não havia razão para ter qualquer outro tipo de conhecimento.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O Dr. Moreira Rato podia ter dito que não, que não havia nenhum problema. Uma vez que não disse que não, e essa seria a saída mais fácil, resta-nos presumir que sim, porque, caso contrário, não vejo qualquer razão para não querer responder a esta questão. Isto porque ela não é segredo bancário, não há nenhum tipo de segredo, era uma simples informação sobre se durante o tempo em que foi administrador tinha ou não tinha conhecimento.

Não vou insistir, acho que não vale a pena, embora não viesse mal ao mundo se respondesse a esta questão. Nem mal aos trabalhos desta Comissão.

Foi administrador do BES a convite, já o disse, do Dr. Vítor Bento, com um projeto muito específico que, entretanto, foi logrado e acabou por não seguir em frente. Quem é que convidou e deu o mandato ao Dr. Vítor Bento para escolher a sua equipa que viria a gerir o banco?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Penso que é esta a sua pergunta e, mais uma vez, vou voltar à questão: no dia 4 de julho, fui convidado pelo Dr. Vítor Bento.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A minha pergunta é esta: quem é que convidou e deu mandato a Vítor Bento para escolher a equipa que iria gerir o BES?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Essa pergunta tem de fazer ao Dr. Vítor Bento e penso que já a fez nesta Comissão.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Nas últimas reuniões da comissão executiva do BES, há um plano de contingência da ESI que vem em anexo a uma ata. Nesse plano de contingência é muito claro que, para além de contactos com o regulador, houve contactos com o Ministério das Finanças.

Entre o período de 14 de julho a 3 de agosto, quando foram reveladas as provisões, quando foram revelados os resultados e quando se tornou difícil a situação financeira, que contactos é que houve entre a administração do BES e o Ministério das Finanças?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Já foi aqui referida pelo Dr. Vítor Bento uma reunião que ocorreu com a Sr.^a Ministra das Finanças a seguir à apresentação dos resultados.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E, dentro da equipa do Banco Espírito Santo, a recapitalização ou o recurso a uma linha pública de recapitalização foi alguma vez ponderada como uma solução a equacionar?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Nunca. O que foi discutido nessa reunião foi a tentativa de perceber se o Governo estaria disponível para clarificar publicamente que o Estado asseguraria o *backstop* de capital no caso de não ser possível concretizar um aumento de capital privado.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Os administradores do BES, em que se incluía enquanto administrador do pelouro financeiro, Vítor Bento, enquanto presidente da comissão executiva, e os outros administradores, quando estavam sentados à volta da mesa a pensar «O que vamos fazer

com isto que temos em mãos?»), equacionaram, ou não, como possível solução, haver um recurso a recapitalização pública?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Não. Estávamos a trabalhar no sentido de uma recapitalização privada. Aliás, como diz o próprio comunicado do CEO, no dia 30.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas se dia 30 havia hipóteses de uma recapitalização privada, como é que se justifica uma intervenção a 3 de agosto? E, já agora, quão sólida era esta possibilidade de recapitalização privada a dia 30?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Essa questão que a Sr.^a Deputada põe não é para mim, tem de fazer essa pergunta às autoridades. Estávamos a trabalhar no sentido de uma recapitalização privada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E quão sólida era essa possibilidade e qual era o seu prazo? Penso que isto já posso perguntar, ou não?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Pode sim.

Em termos de prazo, uma recapitalização privada teria de passar, provavelmente, por uma assembleia geral e também necessitaria de um processo de *due diligence* por parte dos investidores e os nossos advogados diziam-nos que era um processo que poderia demorar cerca de dois meses.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas havia quem fizesse a recapitalização, independentemente de o procedimento normal demorar dois meses?

E, já agora, no montante necessário, de acordo com as previsões que tinham sido feitas pela KPMG uns dias antes?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Como também está escrito no comunicado, houve vários investidores que mostraram interesse, mas esse interesse, obviamente, nunca chegou a ser concretizado.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Na prática, não há forma de provar que havia uma recapitalização privada, no montante necessário, pronta, ou seja, que havia uma possibilidade de recapitalização privada com vários fundos, que havia conversações... É isto?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sim, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Durante esses dois ou três meses, como é que o banco asseguraria a sua situação de liquidez, até para cumprir os rácios de capital necessários, uma vez que já estava numa situação de incumprimento de rácios de capital e não tinha acesso a mercados para liquidez?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Em relação a essa questão, penso que já ocorreu na Europa bancos sobreviverem durante algum tempo sem, por exemplo, o estatuto de contraparte.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Ainda assim, qual era a estratégia — uma vez que essa era a vossa estratégia principal, a que estavam a estudar — quando se pensou: «Demoramos três meses, na melhor das hipóteses, para recapitalizar o banco de forma privada»? A situação financeira, de liquidez e de capital é esta, então, como é que se

revolve este problema? Mecanismo a mecanismo qual era a solução? Era tudo Banco Central Europeu/Banco de Portugal, através do mecanismo de emergência de liquidez? Ou havia outras opções que pudessem aguentar o banco até conseguir uma recapitalização privada?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Assumindo que o banco já não tinha estatuto de contraparte, Sr.^a Deputada? É essa a sua pergunta?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Perguntei-lhe como é que o banco sobrevivi e respondeu-me que já houve muitos bancos que sobreviveram sem o estatuto de contraparte. Portanto, partindo da meia resposta que me deu há pouco, estou a tentar chegar a alguma conclusão.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sim, penso que alguns desses bancos tiveram recurso, como é conhecido, ao ELA.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Desculpe, no dia 28 de julho, houve uma administração de um banco que se reuniu, porque tinha um projeto de médio prazo para o banco; houve conversas sobre uma possível recapitalização privada que não viria senão em três meses; entretanto, passados dois dias, dia 30 de julho, soube-se dos resultados e das provisões que era preciso registar e da situação calamitosa em termos de rácios de capital e de liquidez, com a debandada de depósitos que isso implicaria, com falência de parte do papel comercial do GES que isso implicaria.

Tinha de haver um plano de sobrevivência. Não é responder: «Já houve bancos que o fizeram»! Não acredito! Tinha de haver um plano! Qual era o plano de sobrevivência do banco durante três meses, quando a torneira dos mercados estaria fechada necessariamente e quando o banco não cumpria os rácios? Tinha de haver estudos, projetos, análises...

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sr.^a Deputada, volto a responder que fomos informados no dia 1 de agosto, à noite, da perda do estatuto de contraparte e que iria haver uma medida de resolução.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas mantém que seria possível ao banco sobreviver, conhecendo os rácios financeiros e económicos que conhecia do banco com a apresentação dos resultados a 30 de julho? Sem estatuto de contraparte, o projeto que tinha para o banco era viável? É isso, em termos de recapitalização privada?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — O que lhe digo é que estávamos a trabalhar na direção de uma recapitalização privada, aliás, como foi anunciado pelo CEO, em comunicado.

Mais uma vez lhe digo que nunca tivemos a possibilidade de testar o interesse desses investidores, porque o interesse desses investidores só se testaria realmente depois do tal processo de *due diligence* e na altura da transação.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quando é que foi informado sobre o problema das obrigações que estavam a ser recompradas pelo banco com prejuízo para o mesmo?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Gostava de explicar que havia dois grupos de obrigações: havia as obrigações mais curtas, que eram as obrigações de 2019 e de 2022; e outras de maturidades mais longas. A diferença entre as maturidades mais longas e mais curtas era que as mais longas normalmente eram de cupão zero, ou seja, não pagavam juros intermédios e pagavam só na maturidade.

No caso das mais curtas, a liquidez era assegurada por um sistema do banco que se chamava BES Ordens, mas foi relativamente ao segundo grupo que se veio a verificar a existência de um desfasamento materialmente muito relevante entre a taxa de rendimento implícita a que eram emitidas e a taxa de rendimento implícita a que vieram a ser colocadas nos clientes, com uma garantia implícita de liquidez e de valor. Ou seja, o preço a que eram emitidas era diferente do preço a que eram colocadas nos clientes e este desfasamento, como está explicado nos resultados, foi relativamente ao segundo grupo.

Na primeira semana, já tínhamos discutido, inclusive em comissão executiva no dia 17, a questão das obrigações que passavam pelo BES Ordens, ou seja, as mais curtas.

Em relação às mais longas, só nos apercebemos que este problema existia depois da comissão executiva do dia 21 de julho. O assunto foi suscitado, primeiro, na comissão executiva do dia 21 de julho e, imediatamente, nessa comissão executiva foi pedida uma auditoria à PwC, foram pedidos esclarecimentos adicionais às diferentes áreas do banco, inclusive à área financeira, mas só no dia 25 é que nos foi explicado mais claramente o que realmente se tinha passado.

Durante esse período, o problema que se punha à gestão do banco era o de satisfazer as expectativas de liquidez e valor dos clientes que tinham aquelas obrigações em carteira. E as áreas comerciais diziam-nos que se não fossem satisfeitos esses pedidos, poderia haver um risco de se desencadear uma perda de confiança do banco e, possivelmente, uma corrida aos depósitos.

A própria CMVM, em carta do dia 22 de junho, instava-nos a satisfazer as expectativas de valor que os clientes tinham em relação a estas obrigações.

É preciso também entender que foi um período excepcional em que assistíamos a um aumento de preocupação dos clientes em relação às suas aplicações no BES e que essas preocupações também afetavam outros instrumentos de poupança, como os fundos de investimento, os seguros de vida... Portanto, estávamos a sofrer uma drenagem considerável de recursos.

Gostava também de esclarecer que o desfasamento que existia nas obrigações chamadas «longas» tinha-se originado na sua emissão e colocação junto dos clientes antes do período em que chegámos ao banco. Essa perda já lá estava.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Como é que foram criadas as expectativas de liquidez e valor nos clientes do BES, uma vez que isto era papel comercial, eram obrigações e, portanto, não eram depósitos a prazo? Se havia expectativas de liquidez e valor, como é que elas apareciam?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Isso tem de perguntar à área comercial e à CMVM. Essas expectativas foram criadas antes do período em que estivemos no banco.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas como administrador com o pelouro financeiro, quando se deparou com este problema, não fez esta pergunta: afinal como é que há uma expectativa de valor com este tipo de produtos financeiros? Ela é legítima ou não é legítima?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — O que acabei de lhe dizer, Sr.^a Deputada, é que as áreas comerciais informavam-nos que essa expectativa existia.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E nunca perguntou por que é que existia?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — A nossa equipa tinha uma filosofia, que já foi aqui explicitada pelo Dr. Vítor Bento, de olhar para a frente e não para trás. Ou seja, tudo o que viesse de trás... Como aconteceu aqui, pedimos uma auditoria, tentámos perceber o problema, tentámos que nos explicassem o problema, mas se a área comercial, neste caso, nos dizia que havia estas expectativas, nós aceitávamos, principalmente dentro do contexto que estávamos a viver.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O que é que lhe explicaram sobre estas emissões que eram feitas a valores, já no primário, bastante desfasados da realidade? Entretanto, viemos a saber mais coisas sobre estas emissões, mas, na altura, como é que lhe explicaram este desfasamento entre o valor que estava a ser transacionado e até o seu valor de colocação, que era acima do valor de mercado?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Como já disse, pedimos à PwC que investigasse esse assunto e foi-nos explicado, na comissão executiva de dia 25, que isso teria acontecido.

Portanto, sabíamos que tinha havido esse desfasamento, que nos foi explicado no dia 25.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Alguma vez pediu explicações sobre isto à Dr.^a Isabel Almeida, uma vez que ela é a responsável por esse mesmo desfasamento?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sr.^a Deputada, este assunto foi tratado pela PwC, mas também no quadro de uma auditoria forense, que estava a decorrer, e os resultados dessa auditoria forense iriam esclarecer exatamente essas questões.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sim, mas quando se apercebeu que havia um problema, e uma vez que a Dr.^a Isabel Almeida ainda estava no Novo Banco e ela tinha informações muito relevantes sobre este processo, imagino que, como CFO, que tivesse ido pedir algum tipo de explicação ou de informação.

A minha pergunta é que informação é dada para estas operações com tanto desfásamento — e já vamos aos outros pormenores das operações, mas, pelo menos, esta mais...

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Essa explicação foi pedida e foi-nos dada na reunião da comissão executiva de dia 25.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E qual foi a explicação que foi dada?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — A explicação que foi dada está nas atas dessa reunião a que, penso, a Sr.^a Deputada tem acesso.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Ainda assim, pedia-lhe, por favor, que partilhasse connosco e com todas as pessoas que não leram as atas da reunião, inclusive os jornalistas e as pessoas que estão a assistir, qual foi a explicação que lhe foi dada pela Dr.^a Isabel Almeida.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sr.^a Deputada, essa explicação foi dada não só a mim, mas a toda a administração, na comissão executiva. Essa explicação encontra-se nas atas, a explicação que nos foi dada para o que se estava a passar com estas obrigações, especificamente, que tinham sido emitidas com um certo desfasamento, que já expliquei.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Moreira Rato, se lhe foi dada essa explicação, pedia-lhe que nos transmitisse o teor da mesma, para melhor esclarecimento de todos nós, que precisamos dessa explicação.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sr.^a Deputada, vou ler a ata: «A Dr.^a Isabel Almeida referiu que havia um segundo bloco de dívida a considerar, correspondente a obrigações de cupão zero e prazo longo, emitidas no final de 2013 e início de 2014.

Foi referido que existia dívida do GES em estruturas emitentes de ações preferenciais que eram detidas por clientes do banco e comercializadas desde 2001.

O Dr. João Freixa perguntou, então, como é que a dívida tinha sido retirada dos SPV, ao que a Dr.^a Isabel Almeida respondeu que para proteger os clientes tinha sido decidido que fossem utilizadas as emissões de obrigações de cupão zero e prazo longo com *yield* de 7% e com o valor de emissão de 478 milhões.

Essas obrigações foram vendidas à Eurofin que, tanto quanto sabia, as teria vendido aos veículos do Crédit Suisse a um *yield* implícito de 4%, fazendo uma mais-valia de 700 milhões e que usou para comprar aos mesmos veículos a dívida do GES acima referida.» Isto é o que consta da ata de 25 de julho.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Dr. Moreira Rato, depois de largos meses a ler atas, a nossa experiência, empírica e comprovada, é que as atas não refletem tudo o que é discutido nas reuniões; são um sumário do que se passou, mas não refletem tudo e, por isso, apelamos à memória dos vários intervenientes.

Apelo, assim, à sua memória para que nos possa dizer se há mais informação, que não a que está na ata, e se, em algum momento, a Dr.^a Isabel Almeida é confrontada com o porquê de ter feito uma operação daquelas, por que é que assumiu a responsabilidade de a fazer ou quem é que lhe deu essas indicações.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Neste caso, penso que a ata está bastante completa, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, nunca perguntou por que é que fez, nem entendeu apurar responsabilidades a esse nível?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Como já lhe expliquei, Sr.^a Deputada, decorre uma auditoria forense exatamente com esse objetivo.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Uma auditoria forense a que, infelizmente, parece que não teremos grande acesso.

Quando é que se resolve parar as recompras? É que tenho duas datas: o Dr. Vítor Bento disse que foi a 22 de julho e a Dr.^a Isabel Almeida disse que a recompra parou a 31 de julho.

Quando é que parou a recompra e por ordem de quem?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Uma das decisões da comissão executiva de 21 de julho foi exatamente aproximar as recompras das

obrigações do preço de mercado e, a partir daí, seguirem-se ativa e diariamente e serem reportados à comissão executiva os prejuízos que poderiam resultar dessas recompras.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E elas acabam definitivamente no dia 31 de julho, porque os prejuízos estavam a acumular-se?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sr.^a Deputada, mais uma vez, volto ao contexto que lhe expus ao princípio.

Estávamos num período excecional em termos de perdas de recursos para o banco e as nossas áreas comerciais diziam-nos que existiam baixas expectativas de liquidez, capital e rendimento, que estavam implícitos nesses pedidos de reembolso.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quem é que determinou o fim das recompras? Foi o Banco de Portugal ou foi uma decisão interna?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Mais uma vez, a decisão de 21 de julho foi essa, a de continuar a recomprar, aproximando os preços da recompra dos preços de mercado, seguir, ativa e diariamente, os prejuízos que daí pudessem resultar e serem reportados, diariamente, à comissão executiva. Foi uma decisão da comissão executiva.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Perguntei quem determinou o fim das recompras, ou seja, há uma decisão de dia 21 ou 22, que foi a de continuar a recomprar, a acompanhar os preços de mercado e tentar que eles se aproximassem. Mas houve uma decisão definitiva de parar as recompras, até porque havia clientes que ainda gostariam que pudesse ter sido recomprado, ainda que ao valor próximo do valor de mercado.

Portanto, a minha pergunta é esta: há um momento em que se determina o fim das recompras? Sim ou não — posso estar enganada e, se calhar, não houve — e quem é que o determinou, depois dessa decisão de aproximação dos valores, em julho?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sr.^a Deputada, a sua pergunta é quem é que determina a interrupção das recompras.

Como lhe disse, as recompras, depois de dia 21, foram continuando e penso que só terminaram depois da divulgação dos resultados.

O Sr. **Presidente**: — Interromperam? Não houve suspensão?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Penso que não.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Esclareceremos melhor esta questão junto do Banco de Portugal.

Queria ainda esclarecer duas ou três questões relativamente curtas.

Há uma notícia que diz que, em agosto, o Novo Banco ficou com 2,5% do capital da PT SGPS que era da Ongoing. Basicamente, as ações da PT eram uma garantia que a Ongoing tinha dado por um empréstimo do Crédit Suisse em que o BES era contraparte. Como a Ongoing não pagou a primeira parte do seu empréstimo, o Novo Banco ficou com as ações da PT SGPS que, entretanto, desvalorizaram muito e já não valem sequer o valor do empréstimo.

Gostaria que me confirmasse esta informação e se ela teve mais desenvolvimentos, enquanto esteve no Novo Banco.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sim, confirmo essa informação. Se não me engano, essa operação acabou por fechar na semana a seguir à tomada da medida de resolução.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas esse crédito foi dado como perdido? O Novo Banco ficou com as ações? A Ongoing pagou o empréstimo e, portanto, houve um retorno da garantia? Qual foi o desfecho?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Esse assunto foi depois tratado pelos meus colegas da área de empresas.

Sr.^a Deputada, já lhe disse o que sabia sobre esse assunto.

O Sr. **Presidente**: — Não acompanhou esse assunto?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Acompanhei a situação até ter o seu desfecho na sala de mercado. A partir daí, era uma decisão da área de clientes.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A minha pergunta é se o crédito que foi dado à Ongoing foi recuperado ou não e, se não foi recuperado, em que é que as ações da PT, que estavam a desvalorizar, impactaram no balanço do banco. Enquanto administrador financeiro do banco não me parece uma pergunta muito estapafúrdia!

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sr.^a Deputada, eu tinha o pelouro financeiro, não tinha a área de clientes.

Portanto, muitas das decisões que provinham da área de clientes e do conselho de crédito eu não tinha de acompanhar. Tomava conhecimento

delas em comissão executiva, se tivessem uma dimensão suficientemente importante para tal.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Nunca teve conhecimento de nenhuma imparidade registada por via de um crédito não recuperado por parte da Ongoing, ou de o crédito ser levado a clientes por cobrança duvidosa, ou de qualquer tipo de impacto no balanço?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Mais uma vez, quem tivesse o pelouro da contabilidade ou do risco é que deveria responder a essa pergunta.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Iria perguntar-lhe, entretanto, se tem conhecimento de outros empréstimos que tenham sido feitos com garantias de ações da PT e se eles causaram ou não prejuízos ao Novo Banco, com a desvalorização destas ações.

Pergunto isto porque, por exemplo, no caso do BCP sabemos, e saíram agora os resultados, que houve prejuízos de 50 milhões de euros com a desvalorização das ações que garantiam empréstimos da Ongoing e da Controlinveste.

Estou certa de que o CFO do BCP há de saber desta situação e, portanto, analogamente, o Sr. Doutor saberá se, no caso do Novo Banco, havia mais empréstimos do que na Ongoing, se, por acaso, havia empréstimos à Controlinveste que estavam a ser garantidos por ações da PT e se isso teve impacto nas contas do Novo Banco.

A última pergunta é a seguinte: quando estava na Lehman Brothers, entre 2003 e 2008, alguma vez, no âmbito das suas funções, teve contactos com fundos, ou com a ESAF, ou com o BES?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Pergunta-me se quando eu estava na Lehman Brothers o BES fazia parte de uma das contrapartes que tínhamos na Lehman Brothers?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Imagino que fizesse. Aliás, eu sei que fez. A minha pergunta era no sentido de saber se tinha intervenção nessas relações.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — No período em que estive na Lehman Brothers, tive responsabilidades durante muito tempo, na Península Ibérica, por produtos de taxa e produtos de crédito e, nesse sentido, o BES era um cliente relevante do banco.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, teve contactos com a ESAF e com o banco?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sim, havia contactos no sentido de haver transações em que a Lehman seria contraparte, a ESAF e o banco também e em que eu poderia participar.

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, cumprimento, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, o Sr. Dr. João Moreira Rato.

À semelhança do que fizeram os colegas que me antecederam, também gostaria de lhe colocar algumas questões prévias em torno da sua passagem pelo BES, pelo GES e pelo Novo Banco — naturalmente com

respeito por outras perguntas que lhe tenham sido feitas —, porque achamos que é sobre essa matéria que deveremos prender a nossa atenção e não tanto sobre os 17 anos que antecederam a sua passagem pelo BES. Percebemos que é esse o principal objeto da nossa ação e o que deve concentrar os nossos esforços.

Sr. Doutor, já aqui foi referido que o senhor foi convidado para integrar o BES pelo Dr. Vítor Bento e que aceitou esse desafio por entender que haveria uma nova oportunidade profissional com uma certa durabilidade. Curiosamente, o Dr. Vítor Bento aceitou o cargo por dever patriótico, mas isso não é importante...

A pergunta que gostaria de lhe colocar desde logo é a seguinte: na sequência desse convite do Dr. Vítor Bento, quem é que escolheu para a sua equipa, se é que escolheu, ou alguém lhe foi imposto?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sr. Deputado, nunca tive tempo para escolher ninguém para a minha equipa, mas também não me lembro de alguém me ter sido imposto.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Doutor, como é que viu a orgânica do Grupo Espírito Santo quando chegou ao BES? Como é que caracterizaria a gestão deste Grupo?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Do Grupo BES?

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sim.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sr. Deputado, se me permite, preferia manter-me na análise factual e não emitir opiniões.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — É um pouco complicado, uma vez que temos de ter a noção que participou num conjunto de decisões ao longo de dois meses e, naturalmente, essas decisões foram consequência do estado em que encontrou o BES e que está integrado dentro do Grupo Espírito Santo.

Daí a razão de ser de eu reincidir nas seguintes perguntas: do seu ponto de vista, como é que encontrou o BES? Como é que era a orgânica? Achava que funcionava bem, que era uma maravilha? Quais foram os principais desafios, surpresas e dificuldades que encontrou quando tomou posse no BES?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Na minha declaração inicial, disse que, quando chegámos ao BES, estivemos muito ocupados, naquelas três semanas que antecederam a medida de resolução, a resolver questões de liquidez que eram relativamente maiores do que o que nós antecipámos.

Portanto, passámos muito tempo a olhar para essas questões, além de tudo o que foi aparecendo nessas três semanas. Algumas dessas questões já foram aqui faladas, como a das obrigações, e outras já foram comentadas nesta Comissão no passado.

Tínhamos muitos problemas para resolver diariamente e foi com essas questões concretas que passámos uma boa parte do nosso tempo. Obviamente que alguns dos problemas com que nos deparámos tinham a ver com questões de *governance* passada. Nós não perdemos muito tempo a analisar essas questões, mas tentámos resolver os problemas com que nos deparámos.

O Sr. **Presidente**: — Não perdiam tempo, ou não tinham tempo, ou não chegaram a tempo?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Primeiro, estavam a decorrer — o Banco de Portugal tinha-nos comunicado — auditorias forenses e nós demos todo o apoio que tínhamos de dar às auditorias forenses. Sempre que era necessário, envolvíamos os nossos advogados externos, que trouxemos exatamente para o efeito, e, no caso das obrigações, envolvemos a PwC.

Portanto, tentámos sempre identificar o que se passou anteriormente, mas estávamos muito focados nos nossos problemas do dia a dia, Sr. Presidente.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Não será abusivo da minha parte dizer que o cenário que encontraram foi muito diferente, diria mesmo muito pior do que imaginavam, uma vez que passaram os dias a «apagar fogos» e, nessa circunstância, seria extremamente difícil elaborar um plano de ação, mesmo ao nível financeiro, considerando que todos os dias surgiam novos problemas para resolver?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Repito: muito rapidamente, em tempo *record*, como expliquei na nota introdutória, contratámos um assessor financeiro para nos ajudar a otimizar a estrutura de capital e a estudar alternativas de recapitalização do banco.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Voltemos, agora, à questão sobre a recompra de obrigações para sanar um equívoco que está a trespassar nesta sala gerado pela posição e pelo entendimento do Sr. Doutor.

Recordo que há uma carta do Banco de Portugal, datada de 30 de julho, com efeitos imediatos, que proíbe, a partir dessa data, a recompra das obrigações. Que fique aqui bem claro que nós temos noção de que isso aconteceu nesse dia. Como tal, julgo que o Sr. Doutor estará equivocado,

uma vez que teve algumas dificuldades a chegar a essa data e a quem é que determinou o fim das recompras. Queria apenas esclarecer isso.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Eu disse que tinha sido depois da divulgação de resultados, o que coincide.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Havia, de facto, que ser esclarecida esta questão.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sim, sim, muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Ainda sobre o mesmo assunto, pergunto: do seu ponto de vista, a recompra das obrigações foi necessária para assegurar a confiança dos clientes, certo?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Foi isso que nos foi dito pelas áreas comerciais do banco, sim, e nós tínhamos confiança nas áreas comerciais do banco, pois eram elas que estavam, no dia a dia, em contacto com os clientes e que conheciam as práticas de colocação destas obrigações junto dos clientes.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Admitindo como boa essa informação que lhe foi prestada, saberá dizer-nos, porventura, quem foi o criador deste esquema de obrigações, ou seja, a utilização de um veículo para tomada de obrigações e posterior colocação em clientes finais? Quem foi o criador?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sr. Deputado, penso que este assunto está a ser alvo de uma auditoria forense.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Mas a pergunta que lhe coloquei foi a seguinte: o Sr. Doutor sabe ou não quem foi o criador deste esquema de obrigações?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Este esquema de obrigações está a ser alvo de uma auditoria forense. O que nós sabemos é exatamente o que está escrito na ata da reunião da comissão executiva do dia 25 em que a Dr.^a Isabel Almeida terá dito que seguiu as ordens do seu superior hierárquico.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — O Dr. Morais Pires!

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Presumo, então, que seja o Dr. Morais Pires, exatamente como acabou de dizer o Deputado José Magalhães.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sr. Deputado, este é um assunto melindroso e que está a ser alvo de uma auditoria forense.

Tendo em conta a altura em que este esquema foi montado, penso que a Dr.^a Isabel Almeida reportava ao Dr. Morais Pires.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — O Sr. Doutor levantou aqui o tema da auditoria forense, mas eu julgo que não estamos impedidos — e o Sr. Presidente da Comissão o dirá — de colocar questões sobre essa matéria. A verdade é que não me parece que esteja a coberto de sigilo profissional, segredo de justiça ou segredo bancário, daí a razão de ser das minhas perguntas.

Sr. Doutor, admito que possa não saber quem foi o criador desse esquema, mas insisto nas perguntas: quem foi, na sua opinião, o criador?

Tem dados que nos permitam perceber quem foi ou quem foram as pessoas que criaram este instrumento?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sr. Deputado, a comissão executiva — pelo menos, eu, o Dr. José Honório e o Dr. Vítor Bento — não poderia saber exatamente o que se passou, porque não estávamos lá. Foi anterior à nossa... Portanto, preferia não especular sobre esse tema.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Podiam não saber, mas podiam ter perguntado. Por isso, coloco-lhe a questão: alguma vez perguntaram?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — É o que está na ata da reunião da comissão executiva do dia 25.

O Sr. **Presidente**: — Foi isso que o Sr. Doutor disse.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — É uma conclusão possível, mas não é a única, Sr. Doutor.

O Sr. **Presidente**: — Então, insista.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, tenho estado a insistir. Esta é a conclusão que diríamos óbvia, mas pode não ser a conclusão definitiva.

O Sr. **Presidente**: — Mas é a conclusão do Dr. Moreira Rato.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Eu queria ter a certeza de que essa era a conclusão do Dr. Moreira Rato.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Já referi aqui — e posso citar a ata outra vez — que nessa reunião da comissão executiva foi-nos dito que estava a cumprir ordens dos seu superior hierárquico.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Doutor, quando é que tomou conhecimento dos prejuízos semestrais do Banco Espírito Santo?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Fomos tomando consciência dos prejuízos à medida que nos iam sendo comunicados pelo auditor externo. Penso que só muito próximo da data, dado o intervalo de tempo curto que existia para se poderem aferir os resultados, é que se teve uma ideia da dimensão do problema — aliás, penso que na assembleia geral do dia 30 houve discussão sobre esse montante.

Como sabe, nós não participámos no apuramento dos resultados. Não participámos nisso! Essa foi, à entrada, uma das condições impostas por mim, pelo Dr. José Honório e pelo Dr. Vítor Bento.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Doutor, foi na assembleia geral do dia 30 de julho ou numa reunião do conselho de administração? Posso estar equivocado e, por isso, peço-lhe desculpa por esta pergunta.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Tem toda a razão! Foi numa reunião do conselho de administração.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Naturalmente que foram tendo consciência dos prejuízos ao longo do tempo, mas só no dia 30 de julho é que tiveram uma noção aproximada do real prejuízo.

Não obstante só ter conhecimento da amplitude dos prejuízos no dia 30, as perguntas que gostaria de lhe colocar são as seguintes: do seu ponto de vista, como é que se explicam todos estes prejuízos e qual será a sua origem? Considera que houve, de facto, má gestão e fraude?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Mais uma vez lhe peço desculpa, Sr. Deputado, mas nós entrámos no banco exatamente com a condição de não participar no apuramento das contas e, por isso, preferia não fazer aqui juízos de valor em relação às mesmas.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, permita-me que explicito a minha pergunta.

O Sr. **Presidente**: — Com certeza, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, eu iria noutro sentido, mas, voltando à mesma pergunta, queria, nessa circunstância, recordar o comunicado do Banco Espírito Santo de dia 30 de julho de 2014 e chamo a atenção para o ponto 10 onde se refere: «(...) Finalmente e na medida em que a descrição de alguns dos contributos para esses resultados parecem indiciar a existência de eventuais violações de normas legais (...)» Como é que interpreta, então, este ponto 10 do comunicado do Banco Espírito Santo?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Interpreto exatamente em linha com o que está lá escrito. Uma parte dos resultados que eram explicados pelos

prejuízos tomados em relação às obrigações longas de que já falámos aqui e que estão, penso eu, sob investigação.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Doutor, mas isso não explica claramente a dimensão do prejuízo do Banco Espírito Santo, a recompra de obrigações, seguramente.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Qual é, então, a sua pergunta em relação ao resto?

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Ó Sr. Doutor, o senhor invocou aqui que umas das condições que lhe foram colocadas, no âmbito das funções que lhe estavam adstritas, era a de não exercer nenhum ato correspondente ao apuramento dos prejuízos e, nessas circunstâncias, nós compreendemos que não tenha intervindo nos mecanismos desse apuramento.

Mas uma coisa é não saber como se apurou e outra coisa é conhecer o resultado e, depois de conhecer os resultados finais, nós temos uma opinião formada de como é que se chega a esses prejuízos, o que me parece evidente. Isso não colide em nada com o apuramento, porque os prejuízos estão apurados.

A pergunta que fiz era a de saber qual a origem desses prejuízos e se podia, de alguma forma, explicar-nos como é que se chega a prejuízos tão avultados. Há uma parte que já foi referida, que tem a ver com a recompra de obrigações, mas isso não explica tudo.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — O Sr. Deputado sabe — e nós também sabíamos à partida — que se esperavam provisões provenientes da exposição ao GES e, como sabe, há uma provisão que explica uma boa

parte desses resultados. Além disso, há a questão das obrigações, que também explica uma parte dos resultados, e a questão das cartas-conforto, que também explica uma parte dos resultados e do montante a que se chegou.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Já agora que falou nas cartas-conforto, também gostava de lhe perguntar quando é que se deparou com essas cartas-conforto a favor de credores da ESI.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Penso que foi logo numa das primeiras reuniões da comissão executiva do banco em que nós participámos — eu, o Dr. Vítor Bento e o Dr. José Honório.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Doutor, no momento da tomada de conhecimento dos prejuízos semestrais do BES, quais eram as opções que, sob o seu ponto de vista, o banco tinha? Não é a opção que o banco tomou, o que perguntei foi quais eram as opções que tinha. Já sabemos que a opção que tomou foi a da capitalização privada, mas a pergunta que lhe faço é quais eram, do seu ponto de vista, as opções que tinha e quais as implicações que cada uma dessas medidas poderia ter. Daí a razão de ter escolhido uma de entre as demais.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — As hipóteses que considerávamos e nas quais estávamos a trabalhar, como já disse aqui, eram: uma, o início de um processo de recapitalização privada e esse processo era, para nós, uma possibilidade porque só saberíamos se teríamos sucesso mais tarde, se poderíamos concretizar ou não o interesse dos investidores potenciais; outra hipótese que durante muito tempo, até à resolução, também

considerámos teve a ver com a possibilidade da recapitalização pública, sendo que no dia 1 de agosto fomos informados da medida de resolução.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Resumindo, para fazer face aos prejuízos do BES, as possibilidades que colocaram foi a capitalização privada, que foi o caminho que acabariam por seguir, ou a capitalização pública. Correto? É só para ter a certeza absoluta de que foi isso que nos quis dizer.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — A recapitalização pública funcionaria como um *backstop*, no caso de não haver sucesso na recapitalização privada.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Doutor, eu sei que a pergunta já lhe foi feita, mas tenho dificuldades em compreender a não resposta.

Já aqui foi perguntado quem eram os eventuais investidores privados e disse-nos que eram fundos e bancos. Volto a perguntar: em tantos fundos, em tantos bancos e em tantos interessados, o Sr. Doutor, certamente, há de lembrar-se de alguém.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sr. Deputado, não vou aqui comentar um de entre muitos, não me lembrando da lista exata de todos os investidores.

O Sr. Miguel Tiago (PCP): — Dos principais!

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Dr. Moreira Rato, eu também não lhe pedia um esforço tão grande, mas peço-lhe que nos indique

um ou outro, aqueles mais importantes, os que, do seu ponto de vista, lhe pareceu que teriam maior fiabilidade, que teriam maior sucesso de entrar no capital do BES.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Havia vários fundos que mostravam interesse. Agora, qual a realidade e quão real era esse interesse era difícil de aferir sem ter uma maior proximidade ao próprio aumento de capital.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sim, Sr. Doutor, mas voltemos à velha questão: não é capaz de nos identificar um fundo, um banco...?

Peço desculpa, não queria ser inoportuno nem deselegante com o Sr. Doutor, mas, de facto, parece-me que é uma pergunta óbvia, é normal que se pergunte quem, uma entidade que seja, das muitas que existem. O Sr. Doutor, naturalmente, não é capaz de identificar sem documentação, mas pedia-lhe apenas uma ou outra, porque, de facto, pode ser importante e pode não ser. É que isto resulta, exactamente, do comunicado do Banco Espírito Santo do dia 30 de julho, que refere, claramente, que, de facto, há vários interessados.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — E havia vários interessados, Sr. Deputado, e, como lhe disse, a partir da segunda semana o nosso assessor recolheu boa parte desse interesse, inclusivamente fazendo apanhados regulares dessa lista e de como estava o interesse de cada um deles.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Doutor, isso só reforça a minha insistência.

O Deutsche Bank foi o consultor financeiro que estava a acompanhar a expressão dessas participações significativas de algumas entidades, que amiúde dava conta do andamento desta matéria.

É por isso que lhe pergunto, e volto a insistir — será a última vez — na pergunta: não é capaz de nos indicar um banco ou um fundo que estivesse, efetivamente, interessado em participar neste plano de capitalização?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sr. Deputado, não faria justiça a esse banco e a esse fundo citá-lo agora aqui e destacá-lo dos outros, já que é muito difícil aferir do interesse real que esse fundo teria no banco, dado o estágio em que o processo estava e dado que os resultados foram divulgados com pouca diferença da data em que foi aplicada ao banco a medida de resolução.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Doutor, qual foi a situação que levou ao adiamento da apresentação dos resultados semestrais do BES de 25 de julho para 30 de julho?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Mais uma vez digo que nós não participámos nesse processo de apuramento de resultados, mas penso que esse processo veio a revelar-se mais demorado e, portanto, havia algum trabalho ainda a fazer por parte dos auditores externos e do departamento de contabilidade, que pediram mais tempo.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Então, no dia 25 de julho ainda não havia dados suficientes para uma apresentação em definitivo.

Mas a questão que lhe coloquei foi esta: qual o motivo que levou ao adiamento da apresentação e não da sua participação no apuramento desses

factos. Mas admito como boa a resposta que me deu, de que não havia ainda elementos suficientes que pudessem permitir uma apresentação em definitivo desses prejuízos. Certo?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Por razões óbvias, nós não acompanhámos esse processo de perto. Eu nem tinha o pelouro da contabilidade nem participava no apuramento de resultados, mas era isso que nos diziam.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — O Sr. Doutor acha que o fundo de resolução — e isto não tem a ver com o BES, mas com todo o sistema financeiro do setor bancário — será uma fonte de instabilidade para a liquidez dos restantes bancos portugueses, depois daquilo a que assistiu?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sr. Deputado, como seria de esperar, eu preferia não opinar sobre esse assunto. Peço desculpa, mas em relação a essas opiniões, são opiniões, não é? E eu estou aqui na qualidade de ex-CFO do BES e do Novo Banco durante esse período de dois meses, portanto preferia não opinar sobre esse assunto.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Claro, e eu respeito essa sua resposta. De facto, a minha pergunta foi feita sob a forma de opinião, também não vou insistir, mas também foi apenas para informar. Sabe que para nós é importante ter uma informação de pessoas idóneas e com conhecimentos técnicos nesta matéria para efeitos de elaboração de relatório. Daí a razão de lhe ter feito essa pergunta e não insistir na mesma, porque não é crucial para o apuramento da verdade dos factos.

Após a resolução, o Sr. Doutor ficou no Novo Banco a convite de quem?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Após a resolução, ficámos no Novo Banco a convite do futuro fundo de resolução, que seria, digamos assim, o nosso acionista a partir daí.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — A partir desse momento, quais eram as perspetivas que a equipa via no trabalho que ainda tinha pela frente? Que perspetivas tiveram a partir do momento em que passaram a integrar o Novo Banco e, já agora, o que mudou no plano, que teria de ser naturalmente diferente do que tinham traçado para o BES? O que mudou nesse plano inicial e quais foram as limitações com que se defrontaram?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Depois da aplicação da medida de resolução, tivemos muito trabalho, porque era necessário assegurar uma transição o mais suave possível para o Novo Banco.

Por exemplo, do meu ponto de vista e do ponto de vista das contrapartes de mercado, era importante garantir que toda a documentação estava em ordem e de forma aceitável para que as contrapartes voltassem a interagir com o banco, portanto tivemos bastante trabalho.

Também já falei da questão da cobertura em dólares, que foi muito importante, e esta é uma parte da resposta à sua pergunta.

Quanto à segunda parte, como sabe, houve uma alteração legislativa, que foi publicada no dia 4 de agosto, e essa alteração legislativa permitia que o projeto continuasse alinhado com o projeto — pelo menos, havia essa possibilidade — para o qual havíamos sido convidados. Ou seja, continuava a ser possível constituir uma base acionista sólida de forma gradual e o banco continuar a agir como banco no sistema financeiro português.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Doutor, irei fazer uma pergunta cuja resposta será complexa.

Seria capaz de traçar um retrato da evolução dos depósitos ao longo de 2014, desde a passagem do BES para o Novo Banco?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — A evolução dos depósitos desde a minha entrada, no dia 14, até à medida da resolução... Houve uma saída de recursos grande, que acho que é do conhecimento público, e a seguir à medida de resolução houve alguma saída de depósitos, que continuou por algum tempo, mas depois estabilizou.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Deixe-me fazer-lhe a pergunta: mas a saída de depósitos começou a ocorrer no mês de junho, certo?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sr. Deputado, isso não vou comentar, porque eu já não estava no banco durante o mês de junho.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Doutor, eu também não estava e consigo consultar isso.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sr. Deputado, não vou comentar saídas de depósitos durante um período em que eu não estava no banco.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Doutor, no tempo em que lá estive é possível quantificar?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Durante todo o tempo em que lá estive preferia não quantificar exatamente a saída de depósitos.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Peço desculpa. Eu não percebi a resposta.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sr. Deputado, no tempo em que lá estive preferia não quantificar a saída de depósitos. Até à medida de resolução, se quiser, posso dar-lhe uma ideia.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Doutor, o que lhe for possível dizer-nos, agradecemos.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Se a memória não me atraiçoa, era qualquer coisa na ordem dos 6000 milhões.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Entre quando e quando?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Entre o dia 14 de julho e o dia 1 de agosto.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — O que é que precipitou a sua saída no dia 13 de setembro? Se, eventualmente, já tinha feito algum pedido para sair mais cedo, qual foi a resposta ao pedido que, eventualmente, lhe possa ter sido feito? E já estou a adiantar outras perguntas associadas à primeira.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sr. Deputado, é conhecido que no sábado, dia 2, falámos com o Banco de Portugal sobre a possibilidade de continuar e achámos que deveríamos continuar, como já aqui expliciti,

para garantir que o Novo Banco abria na segunda-feira e, em resposta às nossas dúvidas da altura, houve uma alteração legislativa.

Foi só depois desse momento que mostrámos vontade de sair.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Mesmo para terminar, diríamos que adere à informação prestada pelo Dr. Vítor Bento numa comunicação interna aos colaboradores dizendo que à data de 30 de setembro estariam praticamente resolvidas as questões mais complexas e desgastantes do processo de transição. Concorda com esta comunicação?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Concordo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Paula Vitorino.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Moreira Rato, percebe-se que, mesmo para uma pessoa com experiência na agitação dos mercados financeiros internacionais, tenham sido dois meses trepidantes e que, portanto, o Sr. Doutor, provavelmente, estará a tentar esquecer-los, daí justificar-se não estar a responder a praticamente nada. Aliás, o Sr. Doutor tem estado a dizer menos do que aquilo que qualquer um de nós consegue ler nas atas, o que, de facto, não leva ao esclarecimento e faz com que todos tenhamos de fazer as mesmas perguntas e, portanto, lá estarei eu também a repetir. Pode ser que tenha mais sorte, por alguma razão. Não acredito, mas enfim...

Risos.

Vou começar por perguntar uma coisa muito simples: tinha alguma relação pessoal ou profissional com o Dr. Ricardo Salgado ou com outros gestores do GES/BES antes da sua ida para administrador do BES?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Não tinha qualquer relação pessoal com o Dr. Ricardo Salgado.

Do Grupo BES, alguns dos colaboradores eu conhecia por razões profissionais da minha passagem tanto pelo IGCP como pelos bancos de investimento.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Não são relações sociais?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Não são relações sociais. Uma ou outra pode ter-se transformado em relação social, mas, se me perguntar especificamente, respondo-lhe, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Se eu soubesse perguntar especificamente também não estava aqui a perder tempo a fazer-lhe perguntas a que o senhor não responde...

Risos.

Só estamos a tentar compreender e a tentar ter um quadro mais claro daquilo que se passou.

O Sr. Doutor referiu que tinha sido convidado pelo Dr. Vítor Bento, salvo erro, num almoço do dia 4 de julho. Antes disso já tinha sido abordado por alguém?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Fui convidado pelo Dr. Vítor Bento.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — E antes disso ninguém lhe tinha falado dessa hipótese?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Antes disso ninguém me tinha convidado.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — A pergunta não é essa, Sr. Doutor.

Pergunto se alguém já lhe tinha colocado essa hipótese ou, eventualmente, sondado a sua disponibilidade.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Mas quem, Sr.^a Deputada?

Vou, neste aspeto, remeter para um princípio de que falou também o Dr. Vítor Bento: conversas pessoais preferia mantê-las pessoais. Fui convidado pelo Dr. Vítor Bento, penso que foi de sua iniciativa, no dia 4 de agosto.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Vou insistir.

Sr. Doutor, todas as conversas, em última análise, são pessoais, são entre pessoas. Pergunto se antes de ser convidado formalmente pelo Dr. Vítor Bento alguém — não sei quem, senão não estaria a perguntar — o sondou, o abordou, alvitrou ou qualquer outra coisa relativamente à possibilidade de vir a ocupar este lugar.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Quem é que a Sr.^a Deputada tem em mente?

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Tem de responder!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, a sua vontade de saber é exatamente igual à minha, mas quem tem a palavra é a Sr.^a Deputada Ana Paula Vitorino e eu tento interromper o mínimo possível.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Sr. Doutor, quem não deve não teme...

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sim, sim!

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — ... e o Sr. Doutor está a transformar uma pergunta absolutamente banal, só para tentar ver o envolvimento que poderia ter nestas matérias, numa questão de ponto de honra.

Estou a perguntar-lhe — o Sr. Doutor poderá não responder, mas fica aqui registado que não quis responder — se foi sondado ou abordado por alguém para poder, eventualmente, analisar a sua disponibilidade, a sua vontade, aquilo que for, de ser administrador do BES. A pergunta é tão simples quanto isto. O Sr. Doutor responde ou não responde.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Moreira Rato, antes de responder, deixe-me dizer que é obrigação de todas as pessoas que vêm a esta Comissão dizer a verdade, sendo que, se não o fizerem, sofrem uma cominação constante do Código do Processo Penal no sentido de que estão a praticar um crime de desobediência qualificada.

Achei sempre desnecessário dizer isto, nem estou à espera que o Sr. Dr. Moreira Rato alguma vez não diga a verdade, mas a omissão a uma resposta pode configurar também, não direi taxativamente, a prática, por omissão, de um ilícito penal.

Portanto, Sr. Dr. **Moreira Rato**, peço-lhe mais assertividade nas suas respostas.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sr.^a Deputada, em relação a essa pergunta, direi, mais uma vez, que fui convidado pelo Dr. Vítor Bento. Tudo o resto pode ser especulação, pode ter havido uma pessoa ou outra que tenha tido a ideia de que faria sentido eu ir,...

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Mas quem, Sr. Doutor?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — ... inclusivamente amigos, pessoas que conheço, colegas no IGCP. Pode ter havido vários casos desse tipo em que me foi abordado... É isso que eu... Mas nada disso... Não foi daí que se concretizou.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Não foi isso que lhe perguntei, Sr. Doutor. Eu insisto na pergunta e exijo uma resposta.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — A sua pergunta é se algum...

O Sr. **Presidente**: — Se alguém...

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Se alguém teve...

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Doutor já disse que sim.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — O Sr. Doutor já disse que sim, mas não quer dizer quem. Agora, tem de dizer quem foi.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — É possível que se tenha falado em alguma conversa com o Sr. Governador do Banco de Portugal sobre essa possibilidade quando se discutia a questão do BES.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Quando? Quando é que se falou?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Penso que foi na própria semana em que o Dr. Vítor Bento me convidou. Penso que sim! Penso que é possível que se tenha discutido essa possibilidade numa conversa com... Discutiu-se essa possibilidade numa conversa que tive com o Sr. Governador do Banco de Portugal.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — «É possível»?

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Mas «é possível» ou discutiu-se?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Discutiu-se.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — E, para além do Sr. Governador do Banco de Portugal, houve mais alguém?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Para além do Sr. Governador do Banco de Portugal, penso que houve alguma discussão sobre a matéria, também sobre essa possibilidade, com um senhor do Crédit Agricole.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Portanto, o que vai ficar na ata é que o Sr. Doutor teve, de facto, essa conversa quer com o Sr. Governador do Banco de Portugal quer com o administrador...

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Em que se falou dessa possibilidade, em que eu não dei qualquer... Da minha parte, não houve qualquer resposta afirmativa.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — E mais alguém, Sr. Doutor?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Não, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Sr. Doutor, quando é que, efetivamente, soube da recompra de obrigações acima do preço do mercado secundário, com perdas muito significativas?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — A primeira vez que nos foi falado das obrigações curtas, as obrigações com maturidades a 19 e 22, foi na semana de 17, ou seja, falou-se dessas obrigações que faziam parte do BES Ordens na comissão executiva de 17.

Das obrigações com maturidades mais longas, só soubemos na semana de 21, ou seja, só soubemos na comissão executiva de 21 e o problema foi-nos explicado durante a semana de 21.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Mas, lendo a ata de dia 21, o que diz é o seguinte: «O Dr. João Moreira Rato informou a comissão executiva que o BES tem vindo a recomprar obrigações acima do preço do mercado secundário». Isto quer dizer que o Sr. Doutor não foi informado

na comissão executiva de dia 21; foi o Sr. Doutor que informou a comissão executiva no dia 21.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Em relação à questão do BES Ordens. Aí falava-se da questão do BES Ordens, que é, aliás, se for ver, o documento que está em adição à ata da comissão executiva, nesse ponto de discussão.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Face a isto, quais são as medidas que tinha tomado já antes da reunião da comissão executiva?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Face a isso, esse ponto já tinha sido discutido na comissão executiva de dia 17, em que se pediu à área financeira que avaliasse quanto seria o impacto potencial dessas recompras.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Mas como é que foi possível que tudo isto continuasse a acontecer depois de dia 14 de julho? Como é que foi possível?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Mais uma vez, já expliquei e acho que fui bastante exaustivo nessa explicação.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Não foi, não!

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — O documento que nós temos, que recebemos, é um documento de dia 16 de julho, que avalia as perdas resultantes da recompra de obrigações curtas através do sistema de BES Ordens.

Esta questão foi discutida na comissão executiva de 17 e no dia 21 fui à comissão executiva para uma discussão mais exaustiva e foi nessa reunião da comissão executiva, se não estou em erro, que o departamento de contabilidade me chamou a atenção de que as perdas poderiam ser mais avultadas e poderiam envolver também as obrigações de prazos mais longos.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Mas, Sr. Doutor, andavam nessa conversa de comissão executiva em comissão executiva e não faziam aquilo que parece que era o óbvio, que era suspender isto tudo?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Como lhe disse, a nossa área comercial chamava-nos a atenção para os riscos de suspender a recompra de obrigações, tal como a CMVM referiu numa carta de 22 de julho.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Sr. Doutor, pergunto-lhe ao contrário.

É que na ata da mesma reunião da comissão executiva de dia 21 é dito, desta feita pelo Dr. Joaquim Goes, que «a CMVM se tem mostrado intranquila pelo facto de, com a recompra de obrigações, o banco poder estar a dar lucros avultados e indevidos a terceiros, suspeitando-se que essa entidade fosse a Eurofin». Ou seja, a CMVM não estava preocupada que parassem com a recompra, mas, pelos vistos, segundo o seu colega de conselho — não sou eu que o digo — estava intranquila pelo facto de haver essa recompra.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Penso que a CMVM estava intranquila pelo que tinha ocorrido anteriormente, ou seja, pela emissão de obrigações a um valor e a recompra das obrigações a um valor superior. Essa era a

preocupação da CMVM, que tem a ver com a origem das transações que ocorreu anteriormente.

Quanto à questão das recompras, a CMVM chama a atenção para a expectativa dos clientes em relação às recompras.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Não é isso que aqui está, Sr. Doutor.

De qualquer forma, a Dr.^a Isabel Almeida afirmou aqui que os senhores já tinham dado ordens para se continuar com as recompras.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Essa ordem vinha de trás.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Viria, com certeza, mas a partir do dia 14 o que é invocado é ou a vossa convivência ou o reiterar da ordem.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Essa ordem vinha de trás e teria de ser revogada.

O que foi discutido no dia 21 foi manter as recompras mas aproximá-las do preço de mercado, exatamente para proteger o banco do risco de haver uma perda de confiança por parte dos clientes e, eventualmente, poder haver fuga dos depósitos.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Não é exatamente isso que transparece das atas, mas vamos passar à frente, pois também não me parece que o Sr. Doutor vá alterar aqui as suas respostas.

Diga-me, por favor: qual era a relação com o Banco de Portugal? Foi aqui afirmado pelo Dr. José Honório que se sentia um tarefeiro e eu pergunto se o senhor também se sentia um tarefeiro.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — A relação com o Banco de Portugal depois da aplicação da medida de resolução? É essa a sua pergunta?

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Sim.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Quanto à questão da relação com o Banco de Portugal a seguir à medida de resolução, como sabe, boa parte das decisões, pelo espírito da própria medida, eram tomadas pelo Banco de Portugal. Por exemplo, todas as decisões que diziam respeito à transferência de ativos e passivos e elementos extrapatrimoniais.

Portanto, havia uma interação muito constante com o Banco de Portugal para se tentar perceber exatamente o que se poderia fazer à luz daquela medida.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Como é que lhe foi explicada a alteração da orientação com a criação do Novo Banco?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Desculpe, Sr.^a Deputada, não percebo a sua pergunta.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Quando foi para o BES, foi num determinado contexto, com determinado objetivo e com determinado caderno de encargos e, de repente, isso mudou. Como é que lhe foi explicada essa mudança de orientação?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — A própria medida de resolução implicava uma mudança de orientação. Depois, como também já referi, houve uma alteração legislativa que permitia manter a possibilidade de

criar uma base estável de capital e de o banco continuar a operar no sistema.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Atendendo ao seu currículo, enfim, às razões que levaram a que fosse convidado para ser administrador do BES, foi, de alguma maneira, envolvido quer nessas alterações legislativas que referiu quer na conceção da medida de resolução?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Em relação à medida de resolução, não.

Em relação ao Decreto-Lei n.º 114-B/2014, de 4 de agosto, como já foi aqui explicado, houve, de alguma forma, um *input* nosso na discussão, ou na conversa, com o Banco de Portugal.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Agora, não estou a perguntar quando é que formalmente lhe foi comunicado que tinha sido tomada a decisão da medida de resolução, mas a perguntar se antes disso já tinha sido abordado, sondado sobre o que entendia ou se participou, de alguma forma, na medida da resolução.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Não.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Não tinha a mais remota ideia...

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Não.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — ... de que isso se iria passar?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Não.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Então, por que é que continuou?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Mais uma vez direi, como expliquei na minha nota introdutória, que continuámos, porque achámos que era importante para o banco continuar a operar na segunda-feira e também porque houve uma alteração legislativa que permitia que o nosso projeto para o banco pudesse continuar.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Até que dia acreditou que o BES poderia ser salvo?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — O que é que a Sr.^a Deputada entende por «ser salvo»?

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Pudesse continuar a existir, pudesse ter um plano que desse origem a uma entidade financeira, bancária, que pudesse ter os rácios adequados. Enfim, continuar a ter esperança de sobreviver enquanto banco.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Fala do BES ou do Novo Banco?

Em relação ao BES, digo-lhe que até ao dia de 1 agosto, à noite.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Também achava, no final de julho, que a solução seria a recapitalização pública do BES?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Como já expliquei aqui, estávamos a trabalhar no sentido de uma recapitalização privada. Poderíamos ver a recapitalização pública como um *backstop*, caso não fosse possível uma recapitalização privada.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Portanto, achava que se não fosse possível, a saída seria a recapitalização pública?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Durante o mês de julho sempre assumimos que poderia haver a possibilidade de uma recapitalização pública, como, aliás, está no comunicado do Banco de Portugal e do CEO do dia 30.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Concorda com o Dr. Rui Silveira, que diz que a opção pela medida de resolução resultou de uma decisão concertada do Governo, do Banco de Portugal e da Comissão Europeia?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Não lhe sei responder a essa pergunta, Sr.^a Deputada. Não sei!

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Não sabe ou não quer responder?

Esteve em alguma das conversas entre Vítor Bento e Maria Luís Albuquerque, na fatídica última semana de julho?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Estive numa conversa que teve lugar e que, penso, foi a única.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Em que dia?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Penso que foi na quinta-feira, dia 31...

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Talvez dia 30.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Foi no dia 30. Tem razão, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — E com quem mais falaram nesses últimos dias? Falaram com o Sr. Presidente da República? Falaram com o Sr. Primeiro-Ministro? Falaram como o Dr. Carlos Moedas? Falaram com outros responsáveis políticos?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Não participei em nenhuma reunião com nenhuma dessas pessoas — nem com o Sr. Presidente da República, nem com o Eng.^o Carlos Moedas, nem com o Sr. Primeiro-Ministro.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Não falaram rigorosamente com ninguém?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Acho que falar com a Sr.^a Ministra das Finanças era o que fazia sentido, dado o teor da conversa.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — É que não batem certos os seus depoimentos e por isso é que pergunto.

E como é que comenta a afirmação que tem aqui sido feita de que o adiamento da intervenção pelo Estado no BES desde setembro de 2013, desde a data em que houve conhecimento da situação em que se encontrava, teve a ver com a gestão política da conclusão do processo de ajustamento com a troica?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Desculpe, Sr.^a Deputada, mas vou pedir-lhe para repetir essa pergunta.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Tem sido afirmado que o adiamento da intervenção do Estado no BES desde setembro de 2013, altura em que foi conhecida a situação em que se encontrava, teve a ver com a gestão política da conclusão do processo de ajustamento com a troica.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Não tenho nenhum comentário a fazer sobre esse assunto, dado que foi antes da minha entrada para o BES.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Estou a fazer-lhe uma pergunta muito concreta, que tem a ver com aquilo que, com certeza, sabe sobre a situação financeira do BES em setembro de 2013 e, se não sabe, deveria saber, porque não me ocorre que alguém tenha ido para administrador do BES e não tivesse analisado a situação financeira da instituição desde essa altura.

Consegue, também, com a sua experiência, prever quais seriam os efeitos de uma intervenção antes da altura em que ocorreu, nomeadamente com a vossa entrada? Por que é que acha que isso aconteceu?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Não vou especular, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Voltando um pouco atrás, com certeza que a Sr.^a Ministra das Finanças, na reunião que tiveram no dia 30 de julho, já terá, a fazer fé naquilo que disse o Sr. Dr. Vítor Bento, dado alguma explicação sobre a radical mudança de cenário para o futuro do BES entre 14 e 30 de julho.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Qual é a sua pergunta em relação a isso, Sr.^a Deputada?

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Pergunto se a Sr.^a Ministra deu alguma justificação e, caso tenha dado, qual foi.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Não me lembro de isso ter sido discutido com a Sr.^a Ministra.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Então, o que é que discutiram?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Falámos com a Sr.^a Ministra da possibilidade de o Governo clarificar a disponibilidade de haver um *backstop* do Estado, no caso de o aumento do capital privado não estar disponível.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — E sentiu-se enganado relativamente às condições em que tinha iniciado o seu mandato?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Enganado por quem, Sr.^a Deputada?

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Pela Sr.^a Ministra.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Eu fui convidado pelo Dr. Vítor Bento para ir para o BES e não pela Sr.^a Ministra das Finanças. Portanto, não percebo a sua pergunta, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — E sentiu-se enganado pelo Dr. Vítor Bento?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Não.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — E sentiu-se enganado por alguém?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Na minha nota introdutória, já disse que algumas das nossas condições de entrada acabaram, do ponto de vista de liquidez, por ter sido pior do que esperávamos, mas penso que foi devido às circunstâncias do mercado e do BES, na altura.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — No dia 30 de julho, havia ou não alternativa para o BES evitar a resolução?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Como já disse, a questão da recapitalização privada teria de ser testada. Ou seja, sabíamos que havia investidores interessados, eles diziam-nos que estavam interessados, mas era preciso concretizar esses interesses para termos a certeza de que haveria uma alternativa em termos de recapitalização privada.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Concorda com o Dr. Carlos Costa quando ele diz que, mais do que uma decisão, avançar para a resolução foi uma inevitabilidade?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Mais uma vez, o Dr. Carlos Costa sabe mais sobre essa questão do que eu.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Não lhe estou a perguntar, até porque não tenho condições para avaliar se o Dr. Carlos Costa sabe mais do que o Sr. Doutor ou não. O que quero saber é se concorda com ele — e o Sr. Doutor era administrador do banco nessa altura — quando ele diz que, mais do que uma decisão, foi uma inevitabilidade, por não haver alternativas à resolução.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Como já lhe disse, a possibilidade de uma recapitalização privada nunca chegou a ser testada.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Portanto, não foi uma inevitabilidade.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sr.^a Deputada, vou responder-lhe o mesmo que respondi anteriormente, ou seja, que a recapitalização privada era uma possibilidade mas não uma certeza, já que o interesse dos investidores nunca foi concretizado.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — O Banco de Portugal, ao determinar um período de 48 horas para uma recapitalização privada, e o Governo, ao recusar a recapitalização pública, empurraram o BES para um beco sem saída que levou ao fim do banco. Concorda?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Não vou especular sobre esse tema, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Não é uma questão de especulação, é uma questão de avaliação técnica de alguém que era administrador da instituição.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Em termos da minha avaliação técnica, Sr.^a Deputada, já lhe disse o que podia dizer, ou seja, que estávamos a receber interesses de investidores privados, mas que nunca tivemos tempo de os concretizar.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Muito bem, julgo que já respondeu.

Por que é que acha que a CMVM não foi informada atempadamente de modo a impedir a perda de, praticamente, 60% do valor do banco em três dias e de ganhos especulativos, que ainda está para se apurar de quem?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Como já foi aqui explicado pelo Dr. Vítor Bento, não havia razões para ser informada. Informada de quê?

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Atendendo às suas respostas, volto a perguntar-lhe: por que é que continuou no Novo Banco até setembro? E a fazer o quê?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sr.^a Deputada, como já explicámos, ficámos no Novo Banco depois do fim de semana exatamente porque achámos que era importante que o banco abrisse portas na segunda-feira, com uma equipa de administradores que o conduzisse.

Por outro lado, deu-se lugar a uma alteração legislativa que permitia reconstituir uma base sólida e estável de acionistas e, por isso, ficámos depois do fim de semana.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Muito bem, Sr. Doutor.

Portanto, ninguém os ouviu, foram desautorizados, impuseram-lhes uma resolução da qual até discordavam... Enfim, mas por lá continuaram. Pronto, tudo bem!

Acredita na viabilidade do Novo Banco, designadamente que possa ser vendido sem grandes perdas para os contribuintes?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Acredito na viabilidade do Novo Banco, claro.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Sr. Doutor, nesta Comissão já ouvimos várias versões.

Para Ricardo Salgado foi a falta de vontade do Estado, que recusou dar apoio financeiro ao Grupo, e do Banco de Portugal, que não deu tempo, o que arrastou o BES a um inevitável efeito sistémico, para o qual tinha alertado o Primeiro-Ministro, o Dr. Carlos Moedas, a Ministra das Finanças e até o Presidente da Comissão Europeia, Dr. Durão Barroso. Ou seja, a sentença de morte do Grupo e do banco foi a incapacidade para realizar o aumento de capital da Rioforte, *holding* do GES.

Para o Dr. Ricciardi o BES poderia ter sido salvo se a família da qual faz parte tivesse deixado cair o Grupo.

Para Vítor Bento, a Ministra das Finanças e o regulador tiveram mais responsabilidade do que os senhores como administradores. Maria Luís Albuquerque, por ter negado o apoio público — era o chão mínimo com que teria de trabalhar, disse Vítor Bento — e Carlos Costa, por ter imposto 48 horas para a recapitalização privada do BES.

Na sua opinião, o que é que provocou e qual foi, de facto, a estucada final do BES?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sr.^a Deputada, o que é que provocou? A medida de resolução, diz a Sr.^a Deputada... É essa a sua pergunta?

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Também.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sr.^a Deputada, vou dar-lhe a minha opinião: como já lhe disse, como CFO do banco, eu estava a trabalhar no início do processo de recapitalização pública com o nosso assessor financeiro, o Deutsche Bank, até dia 1 de agosto.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — O Sr. Doutor é, provavelmente, o português com maior experiência em colapsos financeiros: estava no Lehman Brothers em 2008 e estava no BES em julho de 2014. Ficaré com esse currículo, com essa experiência da especulação financeira internacional e, como não nos ajuda a esclarecer, ficará assim.

Gostava que fizesse um balanço dos dois meses de administração do BES no Novo Banco. É verdade que foi a sua mais traumatizante experiência profissional?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Não me lembro de ter dito que foi a minha mais traumatizante experiência profissional.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Não disse. Eu é que estou a perguntar-lhe se foi.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Nós fizemos muita coisa em pouco tempo. Acho que perde-se muito a noção — e agradeço essa sua pergunta, Sr.^a Deputada — do que fizemos em muito pouco tempo, em termos dos assuntos com que nos deparávamos quando nos juntámos ao BES.

Durante aquelas três semanas, tivemos vários assuntos prementes e urgentes para tratar. Quase todos os dias havia assuntos novos, havia, ao mesmo tempo, como já expliquei, uma drenagem grande de recursos e nós tentávamos otimizar a liquidez do banco, também trabalhávamos no sentido de uma otimização de capital do banco com o Deutsche Bank, e tudo isto em três semanas que foram muito ativas.

Penso que, depois da medida de resolução, a nossa administração foi muito importante para assegurar a transição, já que a medida de resolução, como foi feita, provavelmente, foi única. Foi um fenómeno único na Europa e, portanto, havia toda uma aprendizagem a ser feita para que o banco voltasse a funcionar normalmente a seguir ao fim de semana, e nós trabalhámos muito para que isso acontecesse.

Como tal, acho que em dois meses, num banco, que é muito pouco tempo, fizemos muita coisa.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Há experiências que não se desejam. E, enfim, se era para sermos ratos de laboratório, poderiam ter sido outros, num outro sítio, o que teria sido melhor do que ser o BES em Portugal.

Mas que lições é que daí retira, sobre os erros a não repetir?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — A Sr.^a Deputada pergunta-me se gostei de servir de rato de laboratório? É essa a sua pergunta, Sr.^a Deputada?

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Não, não. O BES é que foi. E, infelizmente, os portugueses e Portugal é que foram.

O que estou a perguntar é o seguinte: quais são as lições que daí retira? Que lições retira dessa experiência e de erros a não repetir?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sinceramente, mais uma vez, eu defenderia que, nos dois meses em que estivemos no BES e no Novo Banco, tomámos muitas medidas bem tomadas.

Mesmo depois da resolução, a questão do SOI (Sistema de Objetivos e Incentivos) foi muito importante, ou seja, o facto de o sistema de incentivos ter sido restabelecido foi uma decisão muito importante para voltar a trazer depositantes.

Depois, penso que boa parte do que referi aqui na minha introdução inicial tem a ver com as circunstâncias da altura no BES.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Coisinhas boas identifica algumas, erros é que nenhum!

Mas, então, já agora, na sua opinião, quais as responsabilidades, neste processo, de Ricardo Salgado e demais gestores do BES, do Governador do Banco de Portugal e do Governo.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Não me compete a mim fazer esse tipo de avaliações, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — O Sr. Doutor entende que não lhe compete e eu acho que compete. Fiz-lhe a pergunta, não quer responder, mas também não vou insistir, porque já não tenho tempo.

Que consequências é que o colapso do BES terá, e provavelmente não achará nenhuma — enfim, depois do que aconteceu ao BPN, ao BPP e também, noutra plano, um pouco ao BCP e ao Banif —, na credibilidade do sistema financeiro português?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Também não me compete a mim tirar essas conclusões, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Sr. Presidente, agradeço. Tinha aqui mais umas questões, mas, como não compete ao Sr. Doutor, depois, na segunda ronda, farei mais um conjunto de perguntas.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, queria chamar a atenção para o seguinte: são formuladas muitas perguntas de carácter opinativo.

O Sr. Doutor e as pessoas que aqui vêm, às audições, não são peritos; trazem-nos factos e são esses factos que nos interessam para tirarmos as conclusões. Isto não quer dizer que não façamos perguntas de carácter conclusivo às pessoas que aqui vêm, e foram aqui feitas muitas, mas, no caso deste tipo de perguntas, há alguma margem de liberdade relativamente à resposta.

Agora, relativamente a factos, Sr. Dr. Moreira Rato, chamo, mais uma vez, a sua atenção para a necessidade de ser mais assertivo quanto a essas respostas.

Tem, agora, a palavra a Sr.^a Deputada Teresa Anjinho.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Sr. Presidente, cumprimento o Dr. Moreira Rato, em nome do CDS, e começo, desde logo, por lhe dizer que, enfim, perante o esforço óbvio dos meus colegas, talvez esta seja uma audição desafiante, nesta fase, no sentido de lhe fazer perguntas novas e, na verdade, de obter respostas a essas mesmas perguntas, sendo ou não novas.

Vou, naturalmente, pedir a sua paciência e tocar naquilo que considero que, mesmo nesta fase, continua a ser necessário esclarecer devidamente.

Referindo-me, em particular, ao início das suas funções no BES, o Sr. Doutor já nos disse quem é que o convidou. Pergunto-lhe se foi secundado pelo Governador do Banco de Portugal.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — O convite foi feito pelo Dr. Vítor Bento. Não tive nenhuma conversa com o Sr. Governador, dentro desse dia, do dia 4 de agosto.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Ou nessa mesma semana, presumo.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Ou depois de dia 4, na semana a seguir a dia 4 de agosto.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Na verdade, Vítor Bento e José Honório falaram de uma grande pressão para o início das atividades logo no dia 14.

Pode explicar-nos por que é que, na sua opinião, existiu, se sentiu esta dita pressão ou «insistência», nas palavras de José Honório. Presumo que tenham sido os valores, mas gostaria de o ouvir.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Se houve alguma insistência para nós começarmos mais cedo, não é? Houve, houve e eu também falei nisso na minha intervenção inicial, porque a nossa entrada estava prevista só para depois de dia 25, que era a data inicial para a divulgação dos resultados, e pediram-nos para entrarmos no dia 14, e entrámos na condição de não participarmos na questão das contas semestrais.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Os resultados que, entretanto, foram apurando não lhe suscitaram dúvidas que originassem também, por sua vez, alguma reserva ao início de funções tão cedo, nomeadamente

sobre o eventual cumprimento ou incumprimento do próprio *ring fencing* já determinado pelo Banco de Portugal?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Antes de começarmos não havia razões para tal.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Sr. Doutor, quando entrou no BES recebeu alguma pasta de transição do seu antecessor no cargo?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Não.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Tentou contactar ou pedir esclarecimentos a Amílcar Morais Pires?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — A partir de dia 14, quando entrei, não.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — E antes?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Antes de entrar... Pedir-lhe esclarecimentos... Não!

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — E qualquer outro tipo de pedido?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Que me lembre, não.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Não teve acesso, não leu a ata do conselho de administração de 11 de julho?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Em que altura é que a Sr.^a Deputada me pergunta se eu li essa ata? Que eu me lembre, também não, mas...

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Sr. Doutor, não estou a fazer-lhe perguntas sobre a altura. Estou a perguntar-lhe se tem conhecimento de uma ata do conselho de administração do dia 11 de julho.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Não.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Mesmo que nos possa vir aqui dizer que teve conhecimento quando ouviu o Dr. Amílcar Moraes Pires...

É que Amílcar Moraes Pires referiu-se, por diversas vezes, a esta ata, e a ata é bastante relevante, porque, na mesma, Amílcar Moraes Pires alerta para um conjunto de fatores, fatores de *stress* que afetavam o banco, fala mesmo de uma tempestade perfeita, que não apoiava, em consciência, as manifestações públicas das autoridades portuguesas, que o apelo foi ignorado, que se perdeu a última oportunidade para recapitalizar o BES e que foi exatamente no seguimento da mesma que o Banco de Portugal ordenou a convocatória do conselho de administração para proceder à cooptação. Não tem conhecimento de nada?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Não. E, sobretudo, não tinha conhecimento aquando do início de funções no dia 14.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — E presumo também, pelo que nos foi dito por Amílcar Moraes Pires, que o Dr. Vítor Bento e Amílcar Moraes Pires chegaram a um acordo para a saída do conselho de administração do BES.

O Dr. Vítor Bento também não lhe referiu nenhuns alertas que Amílcar Morais Pires tenha dado em relação à situação do BES?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Não.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Então, vamos continuar.

Quando decidiu aceitar exercer as funções de administrador financeiro, qual era, então, efetivamente, a informação que possuía acerca da situação financeira do Grupo ou do próprio banco?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — A informação que, à data, era pública.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Quem é que lhe passou essa informação, Sr. Doutor?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Era pública, eu podia obtê-la no *site* do banco, por exemplo, e nos comunicados públicos que iam sendo feitos.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Mas imagino que o Sr. Doutor antes de aceitar exercer um cargo dessa responsabilidade, até porque o Sr. Doutor é do meio e, provavelmente, também acompanhava as preocupações que eram públicas, iria informar-se...

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Havia a questão, que também já referi na minha nota introdutória, da situação do BES Angola relativamente à qual nos foi dito que as autoridades estavam a discutir o assunto e que estava bem encaminhado, com boas perspetivas.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Sr. Doutor, lembre-me os objetivos que lhe foram propostos, e que aceitou, para entrar no BES.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Os objetivos que me foram propostos foi ser CFO do Banco Espírito Santo, o que envolvia manter o Banco Espírito Santo com uma base de capital privado sólida e estável. Como eu já disse, boa parte dos meus primeiros tempos no banco foi a lidar com questões ligadas à liquidez.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Mas, quando aceitou, não imaginava que teria de passar esses primeiros tempos a lidar com questões de liquidez?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Não imaginava que as questões de liquidez tomassem uma parte tão substancial do nosso tempo.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Ou seja, aquilo que lhe propuseram, na verdade, não era coincidente com aquilo que, depois, os senhores vieram a enfrentar na realidade?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Em termos de liquidez, como eu também já disse na nota introdutória, a situação, mesmo em termos de colaterais, era pior do que esperávamos, sim.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Sr. Doutor, nesta fase, gostaria de lhe perguntar sobre as condições em que exerceram as funções e os desafios que enfrentaram, seja no quadro do próprio BES, seja ao nível do relacionamento, nomeadamente com o Banco de Portugal ou com o próprio Governo.

O Sr. Doutor, na sua intervenção, e tomei apontamento, falou mesmo da situação interna no banco como sendo bastante tensa. A que é que isto se referia e de que forma é que afetou a vossa prestação?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Tensa no sentido em que íamos sendo surpreendidos por algumas situações que não esperávamos. Falei na questão da liquidez, mas, em geral, também já se abordou aqui o assunto das cartas-conforto e a questão das obrigações.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Sr. Doutor, ainda bem que fala na questão das obrigações.

Não vou fazer as mesmas perguntas a este nível, mas apenas esclarecer algo que surgiu na sequência da audição do Dr. Rui Silveira e que tinha a ver até com a própria celeuma à volta das provisões e do montante das provisões.

Rui Silveira disse-nos que, tanto quanto apurou junto do Novo Banco, e para contestar o montante de provisões que foi definido, tais obrigações continuavam a ser transacionadas, não tendo os seus detentores exigido em massa o seu reembolso antecipado, sendo que se tratava de obrigações de longo prazo.

E, portanto, fundamentam nestas observações a crítica da irrazoabilidade da constituição das mesmas. O Dr. Rui Silveira tem razão quando afirma isto?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Prefiro não fazer comentários, mais uma vez, aos resultados do primeiro semestre, mas o que eu já disse em relação às obrigações longas foi que houve casos específicos que diziam respeito às obrigações longas.

Em relação às obrigações curtas, nós próprios, no dia 21, tomámos a decisão de aproximar as suas taxas das taxas de mercado, de forma a reduzir algumas das perdas que se iam realizando.

Por outro lado, a área comercial, mais uma vez, dizia-nos que era muito importante o reembolso das obrigações para manter a confiança dos clientes do banco.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Quando é que o Sr. Doutor teve conhecimento das cartas-conforto?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Foi nas primeiras comissões executivas, numa das primeiras reuniões das comissões executivas que tivemos, se não me engano, talvez a segunda.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Na sequência disso e, obviamente, tendo em conta o impacto, presumo que se tenham discutido imediatamente as medidas que seriam tomadas para aferir da validade ou invalidade das mesmas.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Nós, quando entrámos no banco, contratámos uma equipa de advogados para nos auxiliar sobre esses assuntos, como é do conhecimento público, que foi a Linklaters.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Sr. Doutor, vou agora centrar-me na semana da decisão da resolução.

Mais concretamente, de acordo com o Banco de Portugal, só tomou conhecimento dos valores preliminares das contas do BES no dia 25 de julho e a partir daí começaram a procurar planos de contingência.

Alguma vez foram envolvidos nestes planos de contingência ou tiveram conhecimento de que estes planos de contingência estavam a ser avaliados?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Para nós, era importante conhecer a extensão dos prejuízos que poderiam estar implícitos nos resultados, até para trabalharmos e iniciarmos, se necessário, um processo de aumento de capital privado.

Portanto, íamos sendo informados da sua dimensão, mas, como disse aqui o Dr. Vítor Bento, a sua dimensão não foi pacífica, inclusive na própria discussão que teve lugar no conselho de administração do banco.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Significa, portanto, Sr. Doutor, que, a essa data, logo desde o início da semana, tinham conhecimento de que estava a ser gizada a possibilidade de dois planos, um plano A e um plano B, o primeiro dos quais era o da solução de capitalização do BES com recurso a investidores privados e o segundo, o plano B, envolvia a preparação de cenários de contingência onde se incluía a resolução?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — No que nós estávamos a trabalhar era na forma, e já repeti isso aqui — e, aliás, isso está, claramente, no comunicado do CEO —, de conseguirmos iniciar um processo de aumento de capital privado.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Muito bem. O plano A, não é? Agora vou pedir a sua ajuda para o seguinte: de facto, houve um plano, no dia 29 de julho, o Banco de Portugal determinou ao BES a apresentação, até ao final do dia 31 de julho, de um plano de reforço de capital, com as especificações que o Sr. Doutor sabe, devidamente

calendarizado, suportado por compromissos firmes, com credibilidade compatível com manutenção de estatuto de contraparte.

A pergunta que gostaria de lhe fazer é esta: este plano era razoável, Sr. Doutor?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — O plano A, que envolveria uma recapitalização privada, penso que era uma possibilidade forte. Como disse aqui o Dr. Vítor Bento, nunca chegou a ser testado, nem o interesse concretizado dos investidores, mas havia bastantes investidores que nos mostravam interesse em participar.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Portanto, no dia 30 de julho, até mesmo no próprio comunicado, parece clara a razoabilidade do dito plano e não a sua irrazoabilidade, como, aliás, aqui foi afirmado pelo Dr. Rui Silveira. Porque, no fundo, também estava aqui em causa, de alguma forma, uma questão de tempo, mas eu já lá chegarei.

A pergunta que gostaria de lhe fazer em relação a isso é se o Sr. Doutor pode informar-nos o que é que aconteceu do dia 30 de julho para o dia 31 de julho. Inicialmente o plano era possível e a 31 deixa de ser possível...

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Os comunicados do dia 30 de julho do CEO e do Banco de Portugal são claros no processo que se estaria a seguir. Portanto, era nesse sentido que nós estávamos a trabalhar.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Portanto, basicamente, foram as condições que se alteraram no espaço de um dia — do dia 30 para o dia 31 — que inviabilizaram a apresentação do tal dito plano de capitalização com base em investimento privado.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Nós estávamos a trabalhar no sentido de concretizar esse plano.

Como também já aqui disse, os nossos advogados sempre nos disseram que ia levar o seu tempo, até porque teria de passar por uma assembleia geral e por um processo de *due diligence* por parte dos investidores.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Significa, portanto, Sr. Doutor, que a inviabilização desse plano deveu-se à falta de tempo?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Nunca tivemos tempo para investigar essa hipótese até se verificar que o interesse dos investidores era real.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — E quem é que não lhe deu tempo? O Sr. Doutor tem a consciência de tudo o que decorreu a partir deste dia.

Já agora, outra pergunta que gostaria de lhe fazer tem a ver, exatamente, com a questão da suspensão do estatuto de contraparte e as implicações que isso teria para o banco. Ou seja, o que é que aconteceria se lhe fosse retirado o estatuto de contraparte?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Não tenho conhecimento de que houvesse alguma relação automática entre o retirar do estatuto de contraparte e a medida de resolução. Houve bancos na Europa a operar sem o estatuto de contraparte durante um certo tempo, segundo me parece.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Significa, portanto, que o que nos está a dizer é que a retirada do estatuto de contraparte não seria determinante para a aplicação da medida de resolução. Certo?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Não há uma conexão automática entre uma e outra.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Mas o reembolso da totalidade do crédito junto do Eurosistema de cerca de 10 000 milhões não inviabilizaria o banco?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — O banco passaria a depender dela...

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Sr. Doutor, já nos disse que teve conhecimento no dia 1 de agosto. O que é que lhe foi transmitido?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — No dia 1 de agosto, foi-nos transmitido que iria haver uma medida de resolução e foi-nos explicado em que é que isso consistiria. No dia 2 de agosto, quando os nossos advogados nos chamam a atenção para a necessidade da tal alteração legislativa, de que eu falei aqui, então discutimos com o Banco de Portugal a possibilidade dessa alteração legislativa.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Então, no dia 1...

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — No dia 1 de agosto, à noite.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Disse-nos que, no dia 2, os advogados, basicamente, informaram da necessidade de alteração legislativa. É isso?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Para poder fazer uma dispersão de capital por um processo de OPV.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Sr. Doutor, então, no dia 1, o Governador do Banco de Portugal é que vos pediu para ficar. Quando é que lhes foi feito o pedido para que se mantivessem?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — No dia 2.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Significa, portanto, que a medida de resolução foi decretada com a incógnita do conselho de administração. É isso?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — A Sr.^a Deputada já disse, e eu concordo, que nos foi comunicado no dia 1 de agosto, à noite.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Pois. Foi comunicado no dia 1. Na verdade...

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sexta-feira.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — No dia 1, sexta-feira. Na verdade, a medida de resolução só foi decretada mais tarde... Mas os senhores foram convidados a manter-se no dia 2.

A pergunta que faço é no sentido de saber se também se envolveram em todas as atividades intensas que ocorreram nesse dito fim de semana, porque foi necessário analisar a valorização de ativos, estimar as necessidades de capital, separar os balanços do banco de transição e do BES, preparar os instrumentos jurídicos regulamentares... O conselho de administração do BES foi envolvido nestas medidas?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — O conselho de administração do BES não foi envolvido em qualquer das decisões que tinham a ver com a medida de resolução. O que aconteceu foi que as equipas tiveram que dar a informação que era pedida.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — E quando é que para si — continuando, ultrapassando o fim de semana — se tornou evidente o tal dissenso entre a alteração legislativa e aquilo que era o modelo que inicialmente tinham gizado e definido para o banco?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Foi com o passar do tempo e com a aprendizagem do que envolvia realmente uma medida de resolução para o nosso papel como administradores e a interação que necessitávamos ter com o Banco de Portugal.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — E como é que estava essa interação nessa altura com o Banco de Portugal?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Penso que, por necessidade da própria medida, havia muitas decisões que tinham de passar obrigatoriamente pelo Banco de Portugal.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Ou seja, o que está a dizer-me é que muitas decisões teriam de passar pelo Banco de Portugal, sendo que, para todos os efeitos, a responsabilidade seria sempre do conselho de administração, que, no entanto, não teria o controlo de muitas das variáveis em discussão.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sim, porque muitas das decisões teriam sempre de passar pelo Banco de Portugal. Enquanto lá estivemos, preparámos muitas decisões importantes a serem tomadas, mesmo do ponto de vista do retalho, que teriam sempre de ter uma aprovação do Banco de Portugal.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Sr. Doutor, portanto, foi por isso que resolveram apresentar a renúncia ao cargo?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — O projeto tinha-se afastado bastante do projeto inicial e as possibilidades que até estavam previstas naquela alteração legislativa que aconteceu pareciam remotas.

Portanto, pensámos que era importante clarificar o mandato e, clarificando-se o mandato da administração, fazia sentido que entrasse uma nova equipa.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Sr. Doutor, não querendo, na verdade, repisar perguntas que já lhe foram feitas, vou colocar-lhe uma, que também não lhe fizeram, porque tenho algum interesse em tentar ouvir a sua resposta.

O Dr. Vítor Bento falou-nos, essencialmente, de constrangimentos do ponto de vista institucional e o Dr. José Honório falou-nos mais no

quadro da equipa de gestão, ou seja, do que é que se conseguiu realizar no curto espaço de tempo.

Houve uma medida que nos chamou a atenção e sobre a qual gostaria de lhe fazer uma pergunta no sentido de que nos possa elucidar. Disse-nos que se apresentou ao Banco de Portugal um quadro-proposta para a resolução dos grandes problemas vividos pelos clientes do Novo Banco, que haviam sido clientes do BES e que se encontravam expostos a dívida emitida por entidades do Grupo GES e a obrigações emitidas pelo BES.

Que quadro é este? Que proposta é esta? E que *out come* é que teve da mesma?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Essas propostas iam sendo apresentadas pelos nossos colegas da área comercial, ou seja, pelos nossos administradores com o pelouro comercial, iam sendo levadas ao Banco de Portugal e este ia levantando mais algumas exigências, ou fazia pedidos de informação, ou pedidos de mais detalhe, mas essas propostas iam sendo apresentadas regularmente.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Sr. Doutor, e que propostas eram essas? O que é que ficou decidido, pelo menos até à sua saída?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Até à minha saída, se bem me recordo, não ficou nada decidido.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, podemos, agora, passar a uma segunda ronda de perguntas, para a qual cada Deputado dispõe de 4 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em 2012, Vítor Gaspar convida-o para o IGCP e, em 2014, sai do Instituto que gere a colocação da dívida pública diretamente para a gestão de um banco privado.

Pergunto: o que é que disse a quem tutela o IGCP e qual foi a reação? Nunca houve uma reação do membro do Governo que tutela o IGCP no sentido de o alertar para a informação privilegiada que detinha por ser, ao mesmo tempo, presidente do IGCP e estar a ser convidado para gerir um banco privado que, ainda por cima, desempenhava um papel importante na colocação da dívida pública, sendo que era parceiro na colocação da dívida pública? Nunca foi levantada, sequer, por parte da Ministra, qualquer questão relativamente a isso? Ou, por outro lado, terá sido até a Ministra uma facilitadora da sua passagem do IGCP para o Banco Espírito Santo? Qual foi a reação?

Quem eram os tomadores das obrigações que foram forçados a provisionar, enquanto administração do BES? É que no dia 30 de julho há uma decisão importante a tomar quanto ao nível das provisões. Sabia-se já que o provisionamento tão elevado dos 100% das obrigações de longo prazo implicaria a perda do rácio de capital por parte do banco? Qual foi a lógica que esteve subjacente a essa medida, sabendo que, por um lado, se não permitissem a recompra ou se parassem a recompra corriam o risco de perda de confiança dos clientes no banco — é o que é dito, apesar de também, pelo que nos foi dito, as obrigações não serem vendidas com obrigação de recompra por parte do banco; portanto, foi uma medida que o banco tomou sem estar obrigado a tomá-la... Pergunto-lhe, então: sabe de algum tomador destas obrigações, nomeadamente das obrigações que foram provisionadas?

Pergunto-lhe também se tem conhecimento de qual foi o resultado do processo de reavaliação das imparidades de crédito que resultou da

transição de BES para Novo Banco e que, tanto quanto sabemos, foi realizado, apesar de o resultado ainda não ser integralmente do nosso conhecimento.

O que nos pode dizer sobre o provisionamento da dívida de Angola? Na altura em que o banco passa de BES para Novo Banco, é explicado, através dos órgãos de comunicação social, pela própria administração do banco e pelo Banco de Portugal que o valor de 3,9 mil milhões de euros de necessidades de capital que vieram do Fundo de Resolução se justificava em parte pela provisão necessária para as perdas previstas do crédito de Angola.

Todavia, foi-nos dito mais tarde que, no crédito de Angola, as imparidades foram provisionadas através do capital remanescente do BES e que a necessidade de capital a solicitar ao Fundo de Resolução seria exatamente a mesma, independentemente da dívida de Angola.

Portanto, há uma contradição entre aquilo que foi dito na altura para justificar as necessidades de 3,9 mil milhões e aquilo que agora é dito, ou seja, que a dívida de Angola estava provisionada através do capital remanescente do BES, dando a entender que a perda por imparidades teria ficado integralmente no BES e o ganho por crédito recuperado integralmente no Novo Banco, o que também não faz muito sentido e seria um processo que careceria de ser aprofundado.

Termino, Sr. Presidente, apenas com três questões brevíssimas.

O senhor era, segundo dizem, um muito brilhante gestor da dívida pública, mas não consegue dizer-nos como é que fez a gestão da dívida do BES e quem tentou cativar para entrar na salvação do banco. Diga-nos, pelo menos, os principais interessados. Vítor Bento disse aqui que não tinha, sequer, ideia se tinha havido manifestação de interesse séria, que não tinha esse conhecimento, pelo que presumimos que tenha sido Moreira

Rato a fazer, então, essa ponte. Diga-nos, então, quais eram os principais interessados.

Outra questão: a que clientes correspondiam os 2000 milhões de imparidades de crédito, pelo menos os principais, e se algum deles era de empresas do Grupo. No exercício de 30 de julho, no total dos 4500 ou 5000 milhões de imparidades provisionadas, 2000 milhões correspondem a imparidades de crédito. Então, era muito importante se nos pudesse dizer quais os principais clientes que implicaram este provisionamento.

Termino, perguntando se tem conhecimento, a qualquer tempo, desde o momento em que o seu nome foi sugerido a Vítor Bento até ao momento da tomada de medida de resolução, de alguma intervenção ou do envolvimento de algum membro do Governo no processo, quer seja junto do Banco de Portugal, quer seja junto da CMVM, quer seja junto da administração, ex-administração BES, sendo que o Novo Banco não entra neste período.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Dr. Moreira Rato para responder.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sr. Deputado, em relação à questão da minha saída do IGCP, obviamente que, tendo sido convidado pela tutela, só sairia se a tutela achasse que os meus serviços no IGCP já não eram mais necessários. Tirando isso, devo dizer que a conversa não incluiu mais nada, ou seja, quando aceitei o convite, aceitei-o sempre condicionalmente ao meu empregador anterior, o IGCP e a tutela, me autorizar a sair e essa autorização ser dada. Perguntaram-me se era algo que eu gostava de fazer, mas não houve discussão nenhuma específica sobre o banco em si.

Em relação a quem eram os tomadores das obrigações que fomos obrigados a provisionar no BES e quem eram os clientes, como sabe,

enquanto estive no banco, nunca tive contacto com a área comercial. Posso dizer-lhe que uma parte do que fala diz respeito, também, ao período que acaba no dia 30 de junho, período no qual não estávamos no banco, e, portanto, o que lhe posso dizer é que não sei quem eram os clientes finais, mas imagino que a área comercial deva saber.

Relativamente ao provisionamento da dívida de Angola, mais uma vez lhe digo que as transferências de ativos, de passivos e de elementos extrapatrimoniais do BES para o Novo Banco era uma decisão do Banco de Portugal e nós éramos informados das decisões, mas não participávamos nelas.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas como é que foi feita?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sim, o balanço de abertura do banco foi fechado depois de sairmos do banco. Houve, durante um certo tempo, diferenças, ou seja, iam-se tomando decisões que depois poderiam ser ainda alteradas. Mas a questão é que nós tínhamos uma perceção do que seria a decisão, por isso nos protegemos dos 4,6 mil milhões de dólares de exposição que não existiam anteriormente.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas a provisão foi constituída onde?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Penso que foi constituída pelo Banco de Portugal e nós tínhamos a expectativa de que pudesse estar no Novo Banco, daí termos feito a cobertura de 4,6 mil milhões.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — No Novo Banco?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — No Novo Banco.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Com recurso ao Fundo de Resolução?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Foi por essa razão que nos protegemos dos 4,6 mil milhões, mas essa decisão não era definitiva à data em que saímos do banco.

Em relação ao conhecimento e a alguma intervenção de algum membro do Governo, não tenho qualquer conhecimento durante o período que vai de 14 de julho a 1 de agosto, além da conversa que já foi aqui referida.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Falta responder à questão do cálculo das imparidades de crédito e os principais interessados ou investidores no Grupo.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sobre os investidores e o processo de reavaliação das imparidades de crédito, mais uma vez, esta questão da reavaliação das imparidades de crédito diz respeito ao período até 30 de junho, em que não estávamos no banco e tem a ver com o processo de apuramento de contas em que não participámos, pelo que não serei a melhor pessoa para prestar algum esclarecimento sobre este assunto.

No que diz respeito à lista dos principais interessados, à lista dos investidores, já referi que falávamos de fundos de investimento, principalmente, e que havia um ou dois bancos que surgiram, um deles com pouco interesse e outro com uma proposta pouco interessante, que eu me lembre... Não faz sentido estar aqui a referir essa lista, mas que havia investidores e fundos de investimento que diziam que estavam interessados em participar, havia.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Miguel Tiago, tem a palavra para um último esclarecimento.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, esqueci-me de que havia outra pergunta, que ficou por responder, sobre quais os créditos que geraram as imparidades de 2000 milhões que foram obrigados provisionar.

Termino, dizendo, Sr. Presidente, que a não nomeação de um único interessado faz com que seja impossível desmentir a informação de que havia interessados na compra do banco. A não nomeação de um único faz com que ninguém possa vir dizer: «Eu nunca manifestei interesse sobre esse banco». E isso era muito importante, porque essa informação não é dispensável.

Se o Sr. Presidente tiver alguma solução para isso, também agradecemos.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — A questão da lista de clientes tem a ver com a área comercial, portanto não lhe sei responder a essa pergunta.

Quem conhecia a lista de clientes, provavelmente, era a área comercial e, além disso, o Sr. Deputado refere-se a imparidades que dizem respeito a um período até 30 de junho, que é um período anterior a termos tomado posse.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, quanto à outra pergunta, não podendo dar agora a resposta, vou continuar a porfiar para a dar um pouco mais tarde.

Tem, agora, a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, não quero, antes de mais, deixar de fazer um comentário relativamente à postura do Dr. Moreira Rato nesta Comissão.

Quer queiramos quer não — e acho que essa análise é legítima —, o Dr. Moreira Rato esteve sempre à defesa, esteve sempre a tentar dar o mínimo de informação possível, o que me parece um bocadinho incompatível com os propósitos pelos quais foi para o BES, já que foi por uma questão de interesse público, de sentido patriótico e de defesa do interesse do País.

Ora, apelo a esse mesmo sentimento e a essa mesma responsabilidade para que, de facto, colabore com esta Comissão de Inquérito e para que não tenhamos de arrancar à força qualquer afirmação, tendo de acertar entre as balizas, que delimitou para aquilo que pode dizer e não pode dizer e que são bastante duvidosas ou discutíveis, uma vez que temos o dever e o direito de apelar a que nos diga tudo aquilo que conhece acerca deste caso.

Nada disto é para o responsabilizar diretamente até porque entrou muito depois de estes problemas terem sido criados, mas é para que possamos perceber o que aconteceu.

Passando agora às questões, volto a perguntar-lhe algo que já perguntei antes: sobre os créditos da Ongoing garantidos por ações da PT, houve ou não houve perdas e imparidades registadas por causa destes créditos? Qual foi o seu fim? Havia mais créditos que tinham sido dados, nomeadamente pela Controlinvest, garantidos por ações da PT?

No caso do BCP, isto provocou uma perda de 50 milhões — não é coisa pequena, interessa ao administrador financeiro... Então, pergunto se, no caso do Novo Banco, houve uma situação semelhante.

Ao longo do tempo foram feitas provisões para os clientes a quem foram vendidas obrigações da Rioforte e da ESI nos quais foram criadas

expectativas que não eram compatíveis com o tipo de produto que estavam a comprar, que era uma obrigação muito arriscada.

Essas provisões foram criadas, num primeiro momento, pelo Banco de Portugal e, depois, foram adicionadas. Ao que parece, elas desaparecem do balanço do Novo Banco e o próprio Banco de Portugal recua quando deu garantias a estes aforradores de que se iria encontrar uma solução para a sua situação.

Pergunto: qual era o consenso existente durante a gestão de que fez parte relativamente ao reembolso de papel comercial a estes clientes, àqueles que, comprovadamente, tivessem sido enganados, que tivessem comprado dívida sem saber o que estavam a fazer, e não a investidores que compraram dívida da Rioforte, sabendo perfeitamente o que estavam a comprar?

Relativamente ao BESA, gostaria que, se pudesse, explicasse um pouco melhor esta passagem dos créditos do BES para o Novo Banco e a questão da proteção cambial. É que o Sr. Doutor referiu isso no início, referiu-o também na intervenção anterior, mas confesso que não percebi muito bem, porque já tivemos várias versões sobre como é que contabilisticamente se dá esta passagem dos créditos do BES para o Novo Banco, se é que foram passados para o Novo Banco.

Gostaria que nos dissesse também que discussões é que teve sobre a garantia. Quando estava a analisar a situação financeira do Banco e as condições de capital do Banco, como é que foi avaliada a questão da garantia, sendo que ela veio a ser revogada no início de agosto e, portanto, muito pouco tempo depois de ter dado entrada no BES? Mas, se este assunto foi abordado, o que é que respondeu? O Banco de Portugal já sabia que esta garantia tinha poucas condições de vingar? Se puder explicar-nos as discussões que teve sobre esta matéria, era muito importante.

Quando foi diretor do Lehman Brothers, já disse que tinha relações com a ESAF e que eram transações. A minha pergunta é no sentido de saber se o Dr. Moreira Rato era intermediário dessa ligação com o BES e com a ESAF, nomeadamente com o João Poppe, que entretanto veio a entrar para o Fundo Nau Capital, e se vendeu ativos ao BES.

Pergunto isto porque a ESAF tinha títulos do Lehman e porque há um caso em que o BES foi condenado em Espanha, porque vendeu títulos do Lehman a clientes espanhóis sem que estes tivessem conhecimento daquilo que lhes estavam a vender, tendo sido, por isso, condenado e obrigado a devolver o dinheiro.

Portanto, claramente, o BES tinha títulos do Lehman e eu queria saber se esse envolvimento era feito com o intermediário Dr. Moreira Rato.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, faça favor de responder.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Em relação à primeira questão, a do crédito à Ongoing, essa era uma transação e vou explicar-lhe, mais uma vez, a transação, mas com mais clareza.

O crédito à Ongoing envolvia uma garantia pela PT e envolvia o que se chama um *equity swap*. Era uma operação de mercado que já vinha de trás e que se vencia, se não me engano, no dia 4 de agosto e, quando isso acontecesse, as ações da PT vinham para o balanço do banco, sendo que as ações da PT eram reavaliadas, regularmente, no balanço do banco. Aliás, se for ver os resultados do primeiro semestre do banco, encontra reservas de reavaliação em relação às ações da PT que estão no balanço do banco.

Se havia ações da PT ligadas a outros clientes, não sei. Posso dizer-lhe que não sei. Uma situação destas, na sala de mercado, não ocorreu durante os dois meses em que estive no banco.

Sobre qual o consenso durante a nossa gestão em relação às obrigações BES e ao papel comercial GES e como deveriam ser tratados os investidores, ou seja, os clientes do banco, posso dizer-lhe que, para nós, esse era um assunto muito importante para restabelecer a confiança no banco e daí esta ser a outra parte da questão de recomprar obrigações do BES. Ou seja, os clientes tinham umas certas expectativas e, se essas expectativas não fossem satisfeitas, esses clientes poderiam retirar recursos do banco que, nessa altura, nos faziam falta.

Portanto, a nossa perspectiva era sempre a de resolver esses problemas.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quando saiu do banco ficou lá uma provisão para esses pagamentos — como nós temos conhecimento que existia — ou deixou de existir?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sr.^a Deputada, isso está nos resultados do primeiro semestre, até dia 30...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas depois desaparece, e é isso que é estranho!

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Como também já disse, o balanço final de abertura do banco já foi publicado depois da data da nossa saída.

Em relação à questão cambial do BESA, se a Sr.^a Deputada tem uma exposição em dólares num ativo e a provisiona, deixa de ter essa exposição em dólares no ativo. Os bancos têm exposição no ativo e no passivo e, portanto, isso cria um desequilíbrio, ou seja, ficou-se com uma exposição passiva de 4,6 mil milhões e foi para essa exposição passiva que nós fizemos tudo para obter uma cobertura, num contexto muito difícil, em que

muitas vezes não havia contrapartes disponíveis. A equipa do BES teve de fazer um esforço grande para ir cobrindo a posição e nós íamos acompanhando essa posição, conselho de administração a conselho de administração, já depois do Novo Banco.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E a garantia?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Quanto à questão da garantia, antes da resolução, quando se discutiu a questão de recapitalizar ou não o BESA, foi sempre dito em comissão executiva que era muito importante precaver a exposição que o BES tinha ao BESA em termos de instrumentos de mercado monetário.

Como tal, quanto à questão da garantia, o que sabemos é que houve um anúncio no dia 4 de agosto pelo Governador do Banco de Portugal, do qual tivemos conhecimento pela imprensa.

Relativamente a eu ter sido diretor do Lehman Brothers e do João Poppe vender ativos ao BES, queria referir que quando eu estava na banca de investimento interagia não só com bancos e sociedades gestoras espanholas como também portuguesas e fazíamos algumas transações.

No caso do Lehman Brothers, nem me lembro e, penso, que o BES nem sequer era um dos nossos principais clientes. Em Portugal, tínhamos três ou quatro clientes mais importantes do que esses. Não me lembro, especificamente, de alguma vez ter vendido obrigações Lehman ao BES, mas é possível que sim.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas é daí que conhece o João Poppe e outras pessoas da ESAF? Foi nesse contexto?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Conheço o João Poppe, que era o responsável da sala de *trading* proprietário, de quando eu trabalhava na Goldman e ele era cliente, como era cliente de muitos bancos de investimento.

O Sr. **Presidente**: — Mais algum esclarecimento, Sr.^a Deputada?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Filipe Marques.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Sr. Presidente, Dr. Moreira Rato, começo por agradecer as suas respostas.

Já aqui tentaram colá-lo à falência do Lehman Brothers e também quase à falência do BES, mas nós não estamos aqui a julgar ninguém e o Sr. Doutor foi, pensamos nós, para o Banco Espírito Santo por ter feito um excelente trabalho no IGCP numa altura em que Portugal estava a conseguir baixar as suas taxas de juro, depois de ter ido quase à bancarrota, e foi nesse contexto que o Sr. Doutor apareceu.

Esta Comissão, quando pensou chamá-lo cá, esperava de si outro tipo de testemunho, porque o Sr. Doutor entrou numa altura vital do caso do BES — segundo veio a público, foi nessa altura que houve alguma surpresa nas contas reais do banco — e o seu testemunho como CFO pode ser fundamental para termos, em detalhe, aquilo que aconteceu e, como tal, há um conjunto de questões a que esperávamos que respondesse.

O Sr. Doutor, no seu estilo, que é um pouco peculiar, convenhamos, ainda há pouco quase deu a entender que estava com dificuldade em responder e parecia que estava a incriminar-se de uma coisa na qual não

tinha responsabilidade nenhuma. Isto porque, quando, por vezes, as pessoas respondem com muita tensão, isso dá a ideia de que têm alguma responsabilidade, mas, no caso concreto, nós sabemos quando é que entrou no banco e, portanto, não tem de estar com essa preocupação porque não é para isso que estamos cá.

Agora, era muito importante e fundamental que nos esclarecesse, naquilo que souber, algumas questões, sobretudo a sua surpresa quando chegou ao banco. Ou seja, face às contas que eram públicas e que eram do conhecimento de todos nós, houve dados que foram surpreendentes para si, quer do ponto de vista da liquidez, quer dos ativos do banco, quer das contas do banco, quer do risco de crédito do banco? O que é que o surpreendeu e o que é que pode ter levado a um processo tão rápido de deterioração das condições do banco?

Quanto à garantia de Angola, gostava ainda de indagar o que é que o Sr. Doutor sabe sobre isto.

O Sr. Doutor ainda há pouco disse, ou deixou claro, que a perda de estatuto de contraparte não era fundamental, porque há outros bancos na Europa que funcionam sem esse estatuto, mas a verdade é que o Sr. Doutor também aqui disse que o banco tinha um problema gravíssimo de liquidez. Então, sabendo de antemão que o banco teria de devolver 10 bi ao BCP, perdendo esse estatuto de contraparte, e tendo um caso brutal de falta de liquidez, como é que o banco ia sobreviver, se o estatuto de contraparte, sobretudo para o BES, não era fundamental?

Pedia-lhe ainda que nos pudesse dar mais informações sobre o esquema das obrigações da Eurofin naquele período final, aquelas obrigações relativamente às quais houve recompra por parte do banco... Aliás, eu não quero perceber, agora, por que é que houve a recompra, queria, sim, saber duas coisas: como é que funcionava esse esquema e se esse esquema podia ser utilizado para financiar as empresas do setor não

financeiro do Grupo Espírito Santo, bem como — e porque este é o caso que veio a público e é, de facto, o que está a ser investigado — nos ajudasse a compreender o que é que estava aqui em causa e qual era o interesse do banco em fazer isto, porque temos várias suspeitas de que esta era apenas uma forma de financiar outras empresas.

Termino com uma outra questão que, para mim, é muito importante e que tem a ver com a recompra. Já vários convidados nossos que vieram aqui depor disseram que alguns eram estrangeiros, talvez alguns da Venezuela e eu pergunto-lhe se nos pode dar mais alguns dados.

Por fim, voltando a Angola, a pergunta que lhe quero fazer é a seguinte: o Sr. Doutor sabe quem são as empresas que ficaram a dever tanto dinheiro ao BESA, e, neste caso, ao BES, que estarão na tal garantia soberana do Estado angolano?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, faça favor.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sr. Deputado, começando pelo fim e desapontando-o, eu, mais uma vez, pelas razões que aqui disse e pelo facto de ter entrado dia 14 de julho, não sei quem são os clientes, não sei quem são essas empresas de que fala, não tenho ideia nenhuma.

Em relação ao esquema das obrigações, acho que era importante voltar a realçar que esse esquema das obrigações é o de longo prazo. O prejuízo já lá estava. Foi um prejuízo que foi tomado a 30 de junho e, portanto, esse prejuízo já lá estava e eu acho que não se deve misturar a questão das recompras com este facto em si.

A questão que se põe, como disse, é a seguinte: emite-se a um valor e tem-se registado no balanço a um valor, ou seja, ao custo amortizado e coloca-se nos clientes a um outro valor, o que faz com que, por exemplo, haja um desfasamento. Aliás, o Dr. Vítor Bento deu aqui um exemplo e até

usou um com uma quantificação à volta de, se bem me lembro, 700 milhões.

Portanto, o que acontece neste caso, o que se diz e, penso, está na ata da comissão executiva é que isso terá servido para substituir obrigações que estavam, provavelmente, a vencer ou — e eu não sei se estavam a vencer — se, pura e simplesmente, se pensava e se tomou a perspetiva de que eram obrigações que não se iriam pagar. Não sei! Mas, no fundo, este esquema das obrigações cria ali esse tal valor do que seja, dos 700 milhões, por exemplo, mas isso está, penso, relativamente bem explicado nas atas.

Portanto, não sei bem em que posso ajudar mais neste ponto de vista. Aliás, isso está também bem explicado nos resultados. Isso passava por vários intermediários financeiros, um deles seria, como foi referido, a Eurofin, de forma a possibilitar esse desfasamento.

O Sr. Duarte Filipe Marques (PSD): — Qual era o objetivo?

O Sr. Dr. Moreira Rato: — O objetivo, como já lhe disse, seria criar valor e substituir algumas obrigações que lá pudessem estar, e isso está explicado nas atas.

Agora, quanto à questão da surpresa quando da minha chegada ao banco, da liquidez, do risco de crédito do banco, etc., posso dizer-lhe que tivemos várias surpresas. Já lhe falei da questão dos colaterais disponíveis, já lhe falei da questão das cartas-conforto, já lhe falei da questão das obrigações, já lhe falei das obrigações longas e também do provisionamento de outro tipo de obrigações e a existência de SPE (Special Purpose Entities), por exemplo. Portanto, isso tudo foi uma surpresa — aliás, os resultados surpreenderam todos.

Segundo, em relação à garantia de Angola, o que soubemos foi pela imprensa por um comunicado feito pelo Governador do Banco Nacional de Angola, se não me engano, no dia 4.

Quanto à questão da perda do estatuto de contraparte, foi do nosso conhecimento que houve bancos a operar em ELA (Emergency Liquidity Assistance) na Europa durante um certo tempo. Isto é, o *gap* de liquidez, o que lhes faltava de liquidez era-lhes fornecido através do ELA pelo banco central nacional, e é assim que funciona.

Acho que já respondi a todas as suas perguntas.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Sobre a pergunta que eu fiz relativamente às surpresas, o Sr. Doutor há pouco deu a entender que não respondia para trás, mas a vantagem de ser CFO do banco e ter agarrado no banco quando lá chegou permite-lhe ter informação anterior à sua entrada e o nosso interesse é em saber, atendendo à sua posição, o que é que havia para trás.

Quando foi convidado para o banco e quando lá chegou, eu queria perceber se a situação, de facto, era muito diferente da que o Banco de Portugal sabia, daquilo que nós sabíamos cá fora e, portanto, qual foi o efeito surpresa e se essa surpresa, se essa parte que era desconhecida, era, de facto, também causadora de toda essa situação.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Percebo o seu ponto, Sr. Deputado, porque o banco é uma empresa dinâmica e depende dos prejuízos ou dos resultados acumulados ao longo do tempo e, nesse sentido, os prejuízos do primeiro semestre terem sido maiores do que o que se esperava foi, obviamente, uma surpresa que teve impacto, nomeadamente no próprio preço das ações do BES.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Neto Brandão.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Dr. Moreira Rato, o senhor está recordado da sua passagem aqui, na Comissão Parlamentar de Inquérito relativa aos *swaps*, e está recordado, também, que nessa Comissão Parlamentar de Inquérito ficou, entre outras coisas, demonstrada a sua relação de especial confiança com a Sr.^a Ministra das Finanças, Dr.^a Maria Luís Albuquerque, que justificou que, apesar da grande pressa que o Governo tinha para resolver os *swaps*, o seu lugar de presidente do IGCP tenha estado vago mais de dois meses, como, aliás, ficou reconhecido — o Dr. Alberto Soares renunciou a 30 de março de 2012 — e, como o Sr. Doutor não estava disponível, a Sr.^a Ministra esteve mais de dois meses à sua espera para que, a 14 de junho de 2012, o Sr. Doutor tomasse posse como presidente do IGCP.

Ora, o Sr. Doutor referiu que foi convidado pelo Dr. Vítor Bento a 4 de julho de 2014, e, acrescentou, ao almoço. Sabemos, pelos jornais, que nesse mesmo dia 4 de julho, a meio da tarde, o Sr. Doutor seria administrador do BES. Há pouco, a instâncias da Sr.^a Deputada Ana Paula Vitorino, o Sr. Doutor, depois de muito gaguejar, acabou por admitir que uma semana antes do dia 4 de julho tinha falado com o Governador do Banco de Portugal sobre a possibilidade de ir para o BES e, a instâncias do Sr. Deputado Miguel Tiago, o Sr. Doutor admitiu, também depois de muito hesitar, que não iria nunca aceitar ir para o BES sem se assegurar que o seu empregador o dispensaria, uma vez que veio com uma missão que lhe foi confiada pela Sr.^a Ministra.

Ora, não é crível que o Sr. Doutor tenha saído do IGCP e telefonado à Sr.^a Ministra a dizer. «*Tchau*, obrigada, até à próxima!».

Portanto, aquilo que lhe quero perguntar, e ao que factualmente quero que me responda, é em que circunstâncias de tempo, lugar e modo falou pela primeira vez com a Sr.^a Dr.^a Maria Luís Albuquerque sobre a sua saída. Quero que me diga quando é que falou, onde é que falou e em que termos é que decorreu a primeira conversa em que abordou a sua saída do IGCP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Moreira Rato.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sr. Deputado, no dia 4 de julho, ao almoço, fui convidado pelo Dr. Vítor Bento e, como o Sr. Deputado disse, e bem, o meu nome saiu pouco tempo depois do almoço para os jornais, mas, como deve imaginar, eu não tive qualquer responsabilidade nisso. Aliás, eu ainda não tinha aceiteado, porque precisava de falar com a tutela, o que, penso, fiz a meio ou ao fim da tarde, ou seja, tive a conversa com a tutela depois de terem saído as notícias nos jornais.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Peço desculpa, Sr. Doutor, mas estou a perguntar-lhe, porque a Sr.^a Ministra das Finanças...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, isto não é pergunta/resposta... Mas se pretende mais algum esclarecimento, faça favor.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Quando a Sr.^a Ministra das Finanças garantiu à comunicação social que soube da nomeação de João Moreira Rato pelas notícias poucos momentos antes de a notícia ter sido divulgada pela comunicação social — foi o que a Sr.^a Ministra afirmou —, então essa afirmação da Sr.^a Ministra não corresponde à verdade.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Eu não vou comentar. Dei-lhe o tempo em que se passaram as várias conversas na sexta-feira.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Peço desculpa, mas não respondeu.

Respondeu sobre o tempo referindo o dia 4 de julho, mas não disse nem o lugar nem o modo, isto é, como decorreu essa conversa e em que termos.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Posso dizer-lhe que foi pelo telefone, nesse dia, à tarde, e o conteúdo já aqui o expliquei.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Sr. Presidente, peço desculpa, mas há aqui uma contradição manifesta entre a resposta que foi dada ao Sr. Deputado do PCP e a que está agora a dar.

A questão que se coloca é que não sairia sem prévia anuência da sua entidade empregadora, ou seja, pediu autorização para sair. É isto que estou a perguntar-lhe, ou seja, se não havia problema para sair.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — O que lhe digo é que saiu para os jornais a notícia antes de eu ter aceitado.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Peço desculpa, Sr. Presidente, agora substituindo-me a V. Ex.^a não, obviamente, com o brio com que preside aos trabalhos, nem é o meu lugar...

O Sr. **Presidente**: — Mas ninguém me substitui enquanto eu estiver aqui sentado.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Obviamente, Sr. Presidente.

Gostaria de advertir o depoente de que tem de ser explícito nas perguntas fatuais que lhe são colocadas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Neto Brandão, eu já adverti duas vezes o depoente. Essa é uma linguagem que me cheira muito a tribunal e isto aqui não é um tribunal.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Não é um tribunal, mas temos que apurar a verdade.

O Sr. **Presidente**: — Nós temos um dever de contenção nos tribunais e temos um especial dever de contenção na Assembleia da República no tratamento de qualquer pessoa que aqui vem,...

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Obviamente.

O Sr. **Presidente**: — ... porque não são testemunhas, são convidados da Assembleia da República.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Não são convidados. Numa comissão parlamentar de inquérito, não são convidados.

O Sr. **Presidente**: — São sempre convidados. Não há outra maneira de os designar.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — São notificados...

O Sr. **Presidente**: — Não são notificados. Envia-se uma carta.

Portanto, nessa medida, já chamei duas vezes a atenção. Se for preciso lembrar novamente ao Sr. Dr. Moreira Rato, faço-o, mas peço que não me substitua, porque enquanto eu aqui estiver sou Presidente desta Comissão.

O Sr. **Filipe Neto Brandão (PS)**: — Não tinha essa pretensão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para um último esclarecimento.

O Sr. **Filipe Neto Brandão (PS)**: — Sr. Presidente, é completamente diferente — e peço que transmita ao depoente, uma vez que o depoente parece ter alguma dificuldade em apreender essa diferença — responder a um Sr. Deputado, como há pouco respondeu, ao dizer que não iria para o BES sem obter primeiramente a anuência da entidade empregadora, leia-se Sr.^a Ministra das Finanças que o havia convidado, de dizer, como está agora a querer dizer, que comunicou que ia sair, pura e simplesmente.

Portanto, qual foi a questão colocada perante a Sr. Ministra e em que termos é que o foi.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, faça favor.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Como eu disse, as notícias saíram antes de eu aceitar o cargo e eu só aceitaria o cargo se a tutela estivesse de acordo. E eu só falei com a tutela, infelizmente e dadas as circunstâncias, depois de saírem as notícias, que foi pouco depois de eu ter sido convidado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Paula Vitorino.

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Sr. Presidente, tenho umas perguntas que farei em menos de 1 minuto, mas, antes, não posso deixar de fazer um comentário, pois não me parece um comportamento muito adequado de alguém da Administração Pública.

Devo dizer que se eu fosse a tutela e se o presidente de um organismo tão importante como aquele que o Sr. Doutor liderava viesse, por telefone, dizer-me: «Olhe, vou-me embora. Vou para o BES. Pode ser...». Esta não é a forma de alguém se relacionar com a tutela e o que seria expectável, isso sim, é que o Sr. Doutor, assim que foi abordado a primeira vez, analisasse, nem que fosse especulação, essa hipótese de sair do IGCP e que o fizesse com a sua tutela.

Mas, passando à frente, e muito rapidamente, aquilo que queria perguntar-lhe é o seguinte: por que é que o Novo Banco votou a favor da fusão PT/Oi, contribuindo, assim, para a destruição da PT enquanto grande empresa portuguesa — e estou a referir-me à votação na assembleia geral da PT de 8 de setembro?

Gostaria, ainda, que explicasse a seguinte frase do Dr. Vítor Bento: «O voto a favor era a alternativa menos má».

Queria, também, saber se tomaram a decisão sozinhos ou após consulta ao Banco de Portugal ou ao Governo.

Queria, igualmente, saber se era a solução que melhor se conformava com os objetivos do Novo Banco.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Quanto à questão da relação com a tutela, vou repetir, só para esclarecer, que, quando fui convidado, ao almoço, pelo Dr. Vítor Bento, não aceitei, ou melhor, a minha resposta estava condicionada à aceitação pela tutela, estava condicionada à tutela dizer-me: «Podes ir!» ou «Prefiro que não vás!».

Em relação às conversas tidas antes, foram ideias geradas sem grande substância. Não foi nunca nenhum convite, foi a discussão de uma hipótese e, portanto, não se punha esse problema.

Sobre o Novo Banco votar a favor da fusão PT/Oi e de essa alternativa ser a menos má é um dos argumentos que o Dr. Vítor Bento usou aqui e que tem a ver com a questão de os ativos operacionais já terem sido transferidos e, se se tentasse reverter a decisão, haveria um processo de litigância que poderia ser prolongado e destruir muito valor na PT, o que poria em risco o valor no balanço do Novo Banco, que era onde estava a PT, daí essa decisão estar em linha com os objetivos do Novo Banco.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, mais algum esclarecimento?

A Sr.^a **Ana Paula Vitorino** (PS): — Sr. Presidente, talvez seja defeito da minha parte, mas acho que isto não é resposta. Dizer que foi tomada esta decisão porque o contrário prejudicava muito a PT destruía muito valor na PT... Bom, presume-se que seria por qualquer coisa deste género, mas em quê? Como? Com que extensão é que provocaria esses danos?

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Porque o processo, arrastando-se durante muito tempo sem haver uma definição para a empresa, criaria muita destruição de valor acionista e as ações estavam na carteira do Novo Banco.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Moreira Rato, esteve muito melhor na segunda parte do que na primeira. Se tivesse estado na primeira parte como esteve na segunda, teria terminado ainda melhor.

E, Dr. Moreira Rato, deixe-me dizer-lhe que me dá a sensação de que começámos esta audição com o Sr. Doutor desconfiado relativamente às perguntas que lhe queríamos formular e tenho a certeza de que sai daqui com a convicção de que não teve necessidade nenhuma de ter essa desconfiança relativamente às perguntas iniciais.

O Sr. Dr. **Moreira Rato**: — Sr. Presidente, como sabe, muitos destes temas são melindrosos, alguns estão em investigação e outros em litigância e, portanto, acho que tudo tem de ser abordado com... Ou seja, não queria, de maneira nenhuma, induzir esta Comissão Parlamentar de Inquérito em erro afirmando algo de que não me lembro suficientemente bem.

O Sr. **Presidente**: — Acredito que sim, mas deixe-me dizer-lhe, ainda, que houve excesso de cautela da sua parte e que esta Comissão merecia mais do que aquilo que nos deu, embora, enfim, tenha dado aquilo que o Sr. Doutor acha que é o possível.

Sr. Dr. Moreira Rato, muito obrigado.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

Eram 20 horas e 7 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.